



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

PADRE IBIAPINA E AS CASAS DE CARIDADE:
CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS NO NORDESTE DO
SÉCULO XIX

EDNALDO FERNANDES DE ALMEIDA

Campina Grande– PB
2014

EDNALDO FERNANDES DE ALMEIDA

PADRE IBIAPINA E AS CASAS DE CARIDADE:
CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS NO NORDESTE DO
SÉCULO XIX

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Prof. (a) Ms Adília Uchoa de Lima

Campina Grande– PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A447p Almeida, Ednaldo Fernandes de
Padre Ibiapina e as casas de caridade [manuscrito] :
contribuições educacionais no Nordeste do século XIX / Ednaldo
Fernandes de Almeida. - 2014.
56 p.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual
da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.
"Orientação: Pro^{fa}. Adília Uchoa de Lima, Departamento de
PROEAD".

1. Religião. 2. Casa de Caridade. 3. Assistência Social. 4.
Educação. I. Título.

21. ed. CDD 200

EDNALDO FERNANDES DE ALMEIDA

PADRE IBIAPINA E AS CASAS DE CARIDADE:
CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS NO NORDESTE DO
SÉCULO XIX

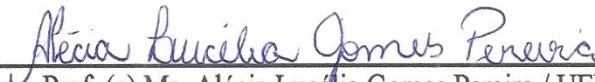
Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovado em 06/12 /2014.



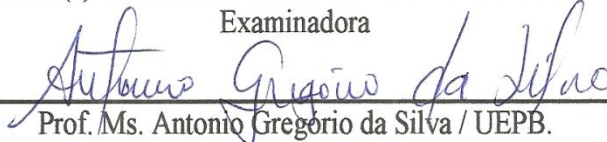
Prof. (a) Ms. Adília Uchoa de Lima / UEPB.

Orientadora



Prof. (a) Ms. Alécia Lucélia Gomes Pereira / UEPB.

Examinadora



Prof. Ms. Antonio Gregório da Silva / UEPB.

Examinador

DEDICATÓRIA

A minha esposa Ailma Dias, ao meu filho Alan e a minha mãe Maria das Neves Fernandes. Os meus avós Maria Beatriz da Conceição e Pedro Martins Soares (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

- A Deus, por que sem ele nada é possível.
- Aos meus amigos e a minha família, pelo incentivo e pela contribuição.
- A todos que, embora não estejam aqui relacionados, de alguma forma são também responsáveis por este momento.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender o trabalho educacional desenvolvido nas Casas de Caridade fundadas pelo Padre Ibiapina, missionário que criou uma extensa obra de assistência social no Nordeste brasileiro no século XIX e que é tido como santo pelo povo nordestino. Fundadas na década de 1860, essas instituições serviam para acolher e educar moças órfãs que viviam em condições precárias. As relações humanas presentes no funcionamento interno das Casas, bem como a religiosidade e o sociointeracionismo cultural foram estudados a partir de registros biográficos sobre o missionário e documentações históricas que englobam o Estatuto e as Cartas, redigidos por Ibiapina e direcionados as Superiores das Casas de Caridade. Dando uma evidência maior para a Casa de Santa Fé, a qual também é destacada na obra de Celso Mariz (1997), ao passo que mostra o papel das Irmãs de Caridade quanto ao funcionamento de tais estabelecimentos. Ao descrever um breve perfil do contexto religioso e educacional desenvolvido no período, procura-se descrever o cenário a cerca do direcionamento de ensino feminino desenvolvido nas Casas de Caridade e apresentar de que maneira estas instituições filantrópicas contribuíram na dinâmica de transformação da carente realidade das pessoas em tal época. As considerações deste estudo fazem referência a como as Casas de Caridade colaboraram para o avanço educacional e para a melhoria de vida das populações locais atingidas pela seca, sob orientação e empenho do educador Padre Ibiapina.

Palavras-chave: Casa de Caridade. Educação. Religiosidade.

ABSTRACT

This work aims to understand the educational work of the Charity Homes founded by Father Ibiapina missionary who created an extensive work of social care in Northeast Brazil in the nineteenth century and is considered holy by the northeastern people . Founded in the 1860s , these institutions served to welcome and educate orphaned girls living in precarious conditions. Human relationships present in the internal workings of the Houses and the religious and cultural sociointeracionismo were studied from biographical records on missionary and historical documentation that encompass the regulations and Letters , written by Ibiapina and directed the Superiors of Charity Homes . Giving further evidence to the House of Santa Fe , which is also highlighted in the work of Celso Mariz (1997) , while showing the role of the Sisters of Charity as to the operation of such establishments. When describing a brief profile of the religious and educational context developed in the period , seeks to describe the scene at about female education guidance developed in the Charity Homes and present how these charities contributed to the dynamics of transformation of reality devoid of people in such a time . The considerations of this study refer to as the Charity Homes contributed to the educational advancement and the improvement of life of local people affected by the drought , under the guidance and commitment of the educator Father Ibiapina.

Keywords: Charity Homes, Education, Religiousness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1: PADRE IBIAPINA – MARCO DE TRABALHO E RELIGIOSIDADE.....	10
1.1 Traço biográfico de Ibiapina.....	11
1.2 Ordenação sacerdotal e opção missionária.....	17
1.3 As obras deixadas pelo religioso.....	19
1.4 Os últimos dias do vigário.....	21
CAPÍTULO 2: BREVE PERFIL EDUCACIONAL E RELIGIOSO DO NORDESTE NO SÉCULO XIX.....	23
2.1 A relação entre a Igreja e o Estado.....	24
2.2. Contexto histórico da Educação no Brasil.....	27
CAPÍTULO 3: AS CASAS DE CARIDADE E SUAS CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS.....	32
3.1 Fundação e funcionamento das Casas de Caridade.....	33
3.2 A manutenção e a decadência das instituições.....	37
3.3 Contribuições das práticas educacionais ibiapianas.....	42
3.4 A dinâmica atual da Casa de Santa Fé.....	48
CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS.....	53

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XIX foi marcada por significativas mudanças junto à sociedade brasileira, tendo ocorrido fenômenos de transformação de aspectos econômicos, culturais, políticos, bem como sucederam divergências na força religiosa até então predominante no país – a Igreja Católica. Esse período histórico também ficou marcado pela atuação de Padre Ibiapina, religioso que tem em sua biografia inúmeras contribuições junto à população nordestina.

Com uma biografia singular, o Padre Ibiapina chama-nos atenção. Além de homem religioso e de qualidades morais singulares, Ibiapina foi também jurista, político e missionário. Podemos ainda citá-lo como educador, carismático, “santo” e outros adjetivos possíveis. Existem vários trabalhos sobre sua vida e obra, a maioria dos estudiosos tem como referência o trabalho de Celso Mariz (1997), em seu livro intitulado “Ibiapina, Um Apóstolo do Nordeste”, discute de forma clara alguns aspectos recorrentes na história de Ibiapina, agrupando até os últimos momentos de vida deste missionário, elementos que constituíram a imagem do religioso Padre Ibiapina como sendo uma das mais importantes do apostolado do Brasil.

A atuação do missionário e sua função social chamam a atenção pela presença de dois elementos propulsores: a caridade e a fé, as quais ampliaram a relação do pároco com os fiéis; sendo exemplo de atuação benéfica reconhecidas em obras literárias e científicas diversas. Suas contribuições materiais e espirituais são fruto de intenso trabalho e disposição em missões nas terras nordestinas, quando o próprio Antônio Maria Ibiapina se sensibiliza com os problemas socioeconômicos e educacionais das populações criando as Casas de Caridade.

Tais estabelecimentos surgem em uma época de precariedade, miséria e seca, tendo reconhecimento por suas práticas de auxílio com a atuação das Irmãs de Caridade, entre os anos de 1856 e 1883, nas províncias do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Ceará e Piauí. Totalizando vinte e três instituições ibiapianas onde predominavam os princípios cristãos agregados ao ensino das primeiras letras, como forma de doutrinar as pessoas e, sobretudo, de conformar a população com as situações vivenciadas sob orientações disciplinares.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil passou por consideráveis mudanças na política desenvolvimentista do país, inclusive na Assembléia Legislativa foram votados

projetos para a sistematização da Educação. O Estado tornou o ensino obrigatório e autônomo, copiando o modelo educacional europeu e, conseqüentemente se tornou o responsável pela escolarização da mão de obra livre para atender o mercado de trabalho. Com dificuldades financeiras de proporcionar acesso a tal empreendimento, a escolarização estatizada foi possível inicialmente apenas em grandes cidades e vilas mais povoadas. Enquanto isso, a relação entre a Igreja e o Estado também trouxe contendas significativas que fizeram com que a primeira se tornasse independente do segundo, sem vínculos de controle hierárquico entre ambos.

É em tal contexto que as Casas de Caridade, além de atuarem na formação religiosa, contribuíram para o avanço da Educação, propagando lições de conduta e ensino dirigido ao público feminino, sob orientações do Padre Ibiapina que conduziam ao trabalho, a obediência, e a penitência através das Máximas Morais. Dessa maneira, o presente estudo tem como objetivo compreender o trabalho educacional desenvolvido nas Casas de Caridade do Padre Ibiapina, em especial na instituição de Santa Fé, localizada nas imediações das Baraúnas das Araras.

Problematizando a imagem de Ibiapina como educador dos pobres, e não apenas como missionário, a motivação da escolha do referido tema está ligada basicamente a dois aspectos: primeiramente à importância da religiosidade que é atribuída à figura de Padre Ibiapina; depois, à carência de trabalhos voltados para sua colaboração educacional. Esta monografia é resultado de uma pesquisa bibliográfica, a fim de possibilitar uma melhor argumentação utilizamos as informações contidas no Estatuto e nas Cartas que continham aconselhamentos direcionados as Irmãs de Caridade.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro deles contextualiza a vida de Ibiapina, destacando sua atuação missionária, sobretudo sua passagem por Santa Fé. É um primeiro momento, em que tentamos entender Ibiapina como pessoa e conhecer sua obra a partir das biografias existentes. O segundo capítulo descreve um breve perfil religioso e educacional do Nordeste no século XIX, para auxiliar no entendimento da importância de atuação do pároco. No terceiro há uma discussão acerca do papel das Casas de Caridade fundadas pelo padre, levantando questões pertinentes à formação das mulheres nestas instituições.

CAPÍTULO 1: PADRE IBIAPINA – MARCO DE TRABALHO E RELIGIOSIDADE

Pretendemos neste capítulo inicial apresentar um breve histórico de José Antônio de Maria Ibiapina. Para isso, utilizamos como fontes alguns trabalhos biográficos, a exemplo do livro escrito por Celso Mariz (1997), intitulado “Ibiapina: Um Apóstolo do Nordeste”; e também o livro do Padre Francisco Sadoc de Araújo (1995), nominado “Padre Ibiapina: Peregrino da Caridade”.

Dentre os trabalhos mais recentes sobre Padre Ibiapina, podemos citar a monografia de Cláudio Sousa de Carvalho, intitulada “Padre Ibiapina e as Casas de Caridade no âmbito da Educação do Brasil Oitocentista”, que trata da atividade educacional de Ibiapina, simbolizado pelas casas de caridade, fazendo um paralelo com a educação no Brasil daquela época.

Tomando estas obras como fontes principais e norteadoras do nosso estudo, enveredemo-nos pela vida de Ibiapina. O final do Século XIX ficou marcado no Nordeste brasileiro, especialmente nos estados da Paraíba, Ceará e Pernambuco, pelas grandes secas, entre as quais se destaca a ocorrência entre 1877 e 1879, em que milhares de pessoas morreram.

Nesse contexto aparece a figura de Padre Ibiapina. Ele foi apresentado sob diversas identidades nas biografias que lhe são atribuídas: jurista, político, missionário, carismático, “santo” e outras possíveis. Dentre estas, apresentaremos uma problematização histórica voltada para a identidade do missionário, direcionando nossa atenção à sua passagem por Santa Fé, em meio à crescente devoção a Padre Ibiapina.

O Dr. José Antônio Pereira Ibiapina, como era conhecido em sua vida jurídica e política, e posteriormente Padre José Antônio de Maria Ibiapina, em sua vida sacerdotal, foi uma figura que se destacou pelo trabalho missionário realizado nas então províncias do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Ceará e Piauí.

Por esses estados, ele juntou fiéis, organizou e coordenou a construção de diversas obras que tinham como objetivo o combate à seca, a exemplo de alguns açudes. Construiu também cemitérios, hospitais e as famosas Casas de Caridade, onde eram acolhidas moças e crianças órfãs.

1.1 Traço biográfico de Ibiapina

No dia 05 de agosto de 1806, na Fazenda Olho d'Água, próxima da cidade de Sobral (Ceará), nasceu José Antônio Pereira Ibiapina, terceiro dos oito filhos de Miguel Pereira e Tereza Maria de Jesus, considerado um casal de fazendeiros decadentes.

Segundo Araújo (1995), Francisco Miguel, pai de Ibiapina, teria feito parte da elite sobralense em sua infância e juventude. Teve o privilégio que pouquíssimos “nortistas” possuíam, a educação. Coursou apenas o estudo de “primeiras letras”, algumas “aulas régias” e, em matéria de conhecimento jurídico, foi estudioso da ciência do direito, assimilada em leituras de autodidata.

Por sua vez, Tereza Maria de Jesus, mãe de Ibiapina, era filha de Antonio Pereira de Azevedo e de Maria Furtado, que pertenciam às mais importantes e abastadas famílias de Sobral. Isso contradiz o que alguns biógrafos e historiadores afirmam sobre a hipótese de uma suposta pobreza dos pais de Padre Ibiapina (ARAÚJO, 1995, p. 14; Carvalho, p. 19).

Como podemos perceber, os sobrenomes dos avós maternos de Ibiapina são Furtado, Azevedo e Pereira, não se sabendo, ao certo, o motivo de ao sobrenome de sua mãe ter sido incorporado o “de Jesus”. Pode ser que o sobrenome da genitora de Ibiapina (Tereza Maria de Jesus) tenha sido mudado pela Igreja Católica, a fim de realçar ou associar o seu patronímico a uma origem divina. Por outro lado, é sabido que havia por costume no interior nordestino, em épocas antigas, o uso ou acréscimo de nomes e sobrenomes bíblicos, principalmente nas famílias que se diziam “mais católicas”, e que os filhos das classes mais abastadas, como é o caso, recebiam educação em seminários e escolas dirigidas por autoridades eclesiásticas. Assim, não é de se estranhar que o sobrenome da mãe de Ibiapina tenha sido incorporado dessa forma.

Conforme Araújo (1995, p. 22), durante os dez primeiros anos de vida, passados na fazenda do sertão e na vila de Sobral na companhia dos pais, Ibiapina recebeu as primeiras letras e os rudimentos da doutrina cristã. Seu primeiro professor foi seu próprio pai, que lhe ensinou as primeiras letras que havia recebido dos padres-mestres, envolvido por um clima de religiosidade e o espírito liberal revolucionário, sob a influência iluminista.

Segundo Araújo (1995), ao aguardar um pedido de emprego que havia feito ao ouvidor, na povoação do Ibiapina (antiga localidade do Ceará), Francisco Miguel fora nomeado para Icó.

Pouco após sua chegada, rebentou a Revolução Pernambucana de 1817, tendo acompanhado os acontecimentos de longe, embora assumisse uma posição tácita a favor dos monarquistas.

Em Icó, matriculou os filhos mais velhos na escola primária do professor José Felipe. Nas palavras de Araújo (1995, p. 8), devido à compleição débil, quase raquítica, do novo aluno, José Antônio foi apelidado de ‘Pereirinha’. No entanto, tal alcunha “[...] contrastava com a grandeza de sua inteligência e vivacidade e com notável capacidade de assimilar conteúdos das lições”. Segundo Hoonart (1992, p. 45):

Ali o pequeno aluno comessou a dar provas de seo talento e felizes disposições para a virtude e piedade. Desempenhava com aptidão todas as obrigações escolares e nas horas vagas eram seos melhores divertimentos ouvir Missa e assistir Missa e assistir a todos os actos religiosos que fazião nas igrejas especialmente na do Senhor do Bom Jesus do Bom Fim. Moreno, de crescimento inferior, constituição de aparência frágil ‘Pereirinha’, automásia que logo inspirou na escola era, entretanto, de inteligência lúcida e vivaz.

Observa-se, desde já, nas entrelinhas dos discursos acima transcritos, a intenção de se criar, desde pequeno, sua identidade como santo. Nota-se, a partir do discurso dos biógrafos, a aproximação que havia entre a Educação e a Igreja, pois esta ainda era a única instituição bem organizada burocraticamente na colônia. Ademais, a Igreja e o Estado andavam lado a lado durante todo o século XIX, período em que o Estado ainda não era laicizado.

Segundo Carvalho (2003), o interesse do estudante Ibiapina é visto pelos biógrafos a partir da imagem que está sendo construída de um individuo excepcionalmente talentoso. Além disso, a importância que o pai dedicava à educação foi de fundamental importância para a formação cultural e intelectual do futuro missionário. Isso nos faz refletir sobre a hipótese sustentada por alguns biógrafos, a exemplo de Francisco Sadoc de Araújo, futuro postulador da santidade de Ibiapina, de que o menino teria nascido predestinado à santidade. É uma forma discursiva de produzir no leitor subjetividades sobre a identidade de Ibiapina, como devoto, santo, de que ele teria desenvolvido o “véu da santidade” desde a infância e a juventude.

Mesmo assim, revestida de todo um caráter científico, a obra de Araújo não deve ser menosprezada. Porém, deve ser vista com cautela e olhos atentos, para não desvirtuar a finalidade de uma biografia, que deveria ter caráter meramente descritivo. Entenda-se, contudo, que a descrição é uma importante arma metodológica da construção de uma identidade de culto, ou mesmo de adoração.

Em Icó, Ibiapina estudou entre 1817 e 1819, o que corresponderia hoje ao ensino médio, ou seja, o estudo do que se entende por ciências humanas, naquele tempo chamadas de

ciências morais e econômicas (Carvalho, 2003, p. 25). Em 1819, seu pai foi então removido para a cidade de Crato, onde viria a exercer a função de tabelião vitalício da recém-criada comarca. Terminados os estudos de primeiras letras, ingressou no curso de Latim.

Em meio ao desejo que demonstrou Francisco Miguel de proporcionar educação aos filhos, Araújo (1995, p. 37) afirma haver um ar de interesse maior para que Pereirinha a recebesse, quando comenta: “[...] especialmente José Antonio, que se mostrava mais inteligente e com maior pendor para o estudo”. Tal assertiva, deveras, revela um caráter de enaltecimento da identidade de “santo” que o autor procura construir sobre Ibiapina.

Essa afirmação do autor pode constituir-se em verdade ou não. Ao afirmar que Ibiapina se mostrava “mais inteligente”, Araújo (1995, p. 18) já tem em conta uma predestinação a um futuro de glória e “status” elevado, já que Ibiapina seria mais tarde deputado, juiz, advogado e também padre. Não se pode dizer que Ibiapina não fosse o mais inteligente dentre seus irmãos, entretanto, Araújo (1995) desconsidera que João Carlos, irmão do biografado, também frequentou o seminário, concluiu o curso de Ciências Jurídicas em 1837, foi nomeado Juiz de Direito de Príncipe Imperial, hoje a cidade de Crateús, no Piauí, foi professor de Filosofia no Liceu do Ceará, Deputado Provincial do Ceará e funcionário da repartição da Fazenda (Carvalho, 2003, p. 19). Então, não podemos deixar de considerar que Araújo poderia ter direcionado seu olhar investigativo à criação de um ícone, enaltecendo certas qualidades e fortalecendo sua identidade como santo, devoto, inteligente.

Não havendo mestre no Crato, o estudante teve de interromper temporariamente sua atividade escolástica. Enquanto ali permaneceu, teve apenas aulas e exercícios da religião, tomadas pelo padre José Manuel Felipe Gonçalves, que acreditava ver no menino vocação sacerdotal e aconselhava constantemente a Francisco Miguel que aproveitasse a inteligência e o comportamento do filho para a vida sacerdotal. Ora, se ele tinha de praticar exercícios de religião, logo não se pode dizer que tinha vocação ou mesmo que foi predestinado, em verdade ele desde cedo foi estimulado a “desenvolver” tais atividades.

Em 1820, o jovem seguiu para a recém-criada Vila do Jardim (CE), onde recebeu instrução de Latim com Joaquim Teotônio Sobreira de Melo, renomado mestre cearense, o que evidencia a herança jesuítica na sua vida. Conforme Araújo (1995, p. 39), terminados os estudos humanísticos, Ibiapina foi considerado apto a frequentar os estudos em Olinda. Voltou ao Crato, onde sua família já se preparava para ir até Fortaleza, de onde mais tarde viajou para Olinda.

Ao chegar em Fortaleza, Francisco Miguel procurou dar total assistência à esposa enferma e encaminhar Ibiapina ao Seminário de Olinda. O jovem viajou por mar, de Fortaleza

a Recife, e levou consigo uma carta de recomendação do padre oratoriano Antonio de Castro e Silva, sobralense, dirigida ao Padre João Dias, que o acolheu e depois o encaminhou ao seminário (Araújo, 1995, p. 39).

Em 19 de agosto de 1823, a Assembléia Constituinte Legislativa decretou a implantação de duas Universidades, uma das quais na cidade de Olinda, na qual Ibiapina concluiu seu curso jurídico e lecionou por um ano.

Mariz (1997, p. 9) afirma que o nível moral do Seminário de Olinda era ao tempo impróprio para a formação do caráter sacerdotal, razão pela qual teria se afastado Ibiapina. Tal impropriedade do nível moral se deveria à feição laicista e quase irreligiosa do seminário, sob os ideais da Revolução Francesa. Segundo Paulino Nogueira, apud Araújo (1995, p. 47):

O jovem José chegara ao Seminário de Olinda em meados de 1823, mas demorava-se pouco tempo aí, por falta de necessária moralidade neste estabelecimento, como querem uns ou por falta de precisa instrução do corpo docente, como querem outros. Foi residir no Convento da Madre de Deus, onde aplicou-se devastadamente aos estudos preparatórios que lhe faltavam.

Mas Mariz (1997, p. 47) assevera em seguida:

O jovem, primeiramente, não chegou ao seminário em meados de 1823, mas 10 de novembro. Não se demorou por pouco tempo aí, pelas duas razões apontadas, mas porque foi chamado ao Ceará pelo pai, tendo em vista o falecimento da mãe, ocorrido a 4 de novembro. Esteve hospedado no Convento da Madre de Deus, durante pouco tempo, antes de ingressar no seminário e não depois. O autor não identifica as propugnados das opiniões sobre a saída do jovem, limitando-se a dizer 'como querem uns, como querem outros'. A breve permanência novel seminarista já no final do ano letivo não lhe ensejava captar 'a falta da precisa instrução do corpo docente'. A alegada falta de moralidade deveria ser atribuído não ao seminarista, na fase inicial da sua reabertura restauradora, mas sim ao Convento Madre de Deus, naquele tempo em plena decadência.

Nesse ponto, podemos claramente perceber que Mariz (1997) não constrói a identidade de Ibiapina de maneira imparcial, revelando-nos um discurso interessado e direcionado em fortalecer a identidade de Ibiapina como santo. Sendo assim, a hipótese do jovem Ibiapina ter sofrido uma grande decepção ao ingressar no seminário fica rejeitada, pois do contrário não teria reservado matrícula para o ano seguinte, onde pretendia continuar estudando, não fosse a notícia do falecimento de sua mãe.

Foi então que Ibiapina retornou ao Ceará, embora pretendesse voltar ao Seminário de Olinda, não fosse, ainda, o envolvimento de seu pai na Confederação do Equador, que viria a custar a vida do mesmo. Seu irmão Alexandre foi preso e mandado para a Ilha de Fernando de

Noronha, onde foi morto. No dia 15 de outubro de 1825, Otaviano, seu cunhado, foi assassinado em Sobral, deixando viúva sua irmã Francisca, casada há menos de dois meses.

Em meio a esse conturbado momento em sua vida, o jovem Ibiapina interrompeu seus estudos e, nas palavras de Araújo (1995, p. 49), “entregou-se à vida de oração e à leitura assídua da imitação de Cristo, onde teria encontrado consolação para o espírito”.

Retornando ao Recife, para alcançar a matrícula do seminário no início de 1828, Ibiapina chegou até lá com duas de suas irmãs: Maria José, de 14 anos, e Ana, de 13. Ibiapina matriculou-se pela segunda vez no Seminário de Olinda. Em 1827 foi criado naquela cidade o curso jurídico e, já que as normas estatutárias do seminário não eram contrárias, Ibiapina matriculou-se em ambos os cursos.

Ibiapina foi aprovado nos exames preparatórios do curso de Direito. Frequentou ambos os cursos até 05 de agosto de 1828, quando abandonou o Seminário para dedicar-se exclusivamente ao curso de Direito. Razão para tal abandono do Seminário, Araújo (1995, p. 51) aponta uma possível incompatibilidade com o curso de Direito. Esse “possibilidade” merece destaque e análise. Em que tal incompatibilidade consistiria? A impossibilidade de conciliação dos ideais religiosos com os da justiça feita pelas mãos humanas? Possivelmente, o ambiente do curso jurídico faria Ibiapina refletir melhor sobre a possibilidade de se tornar padre. Havia naquele momento uma bifurcação no caminho. Seguir em frente significava ter de escolher entre a carreira jurídica e a eclesiástica.

Provavelmente, a herança deixada por Francisco Miguel, em relação à importância da ciência jurídica e também à consolidação de seus ideais políticos, teriam repercussão no âmago de Ibiapina. Contudo, não devemos menosprezar as vantagens de natureza social, do “status”, questões bastante atrativas à maioria das jovens, o que não poderia ser diferente ao “novo chefe de família” que via suas irmãs crescer em um orfanato, enquanto concluía seus estudos.

O Curso de Direito havia sido instalado no Mosteiro de São Bento, onde o jovem Ibiapina havia se hospedado. Durante o período do curso de Direito, Ibiapina acompanhava a vida litúrgica dos monges.

O abade que dirigia o mosteiro estava insatisfeito com o funcionamento do curso jurídico em suas dependências e desejava transferi-lo para outro lugar. Ibiapina resolveu solicitar ao padre João Dias, entreposto dos oratorianos e então capelão da igreja da Madre de Deus, que o acolhesse. Nessa época, o convento dos oratorianos já havia sido extinto e transformado em alfândega, permanecendo poucos padres responsáveis apenas pela

manutenção da igreja, onde se acomodavam modestamente. Aí passou Ibiapina até o término do curso (CARVALHO, 2003, p. 37).

Então, Ibiapina passou dois anos em companhia dos padres, com os quais aprendeu as práticas espirituais dessa congregação.

Conforme Araújo (1995, p. 103):

No curso jurídico Ibiapina foi aprovado em todas as matérias, sendo suas preferidas o Direito Natural, o Direito Eclesiástico e o Direito Criminal. Quanto ao segundo, é necessário frisar sua importância à época, uma vez que no Brasil o Estado estava ligado umbilicalmente à Igreja. O profundo conhecimento nessa área pode nos ajudar a desvendar o “porquê” de Ibiapina, em sua atuação missionária, optar por não oficializar uma nova ordem religiosa no que diz respeito às “beatas” ou “irmãs de Caridade”, face à imensa burocracia, o que certamente atrasaria sua ação missionária. Ibiapina, assim agindo, levava em consideração a praticidade, como herança das idéias oratorianas.

A disciplina do Direito Criminal teve grande contribuição para a brilhante atuação de Ibiapina como advogado futuramente, fora do Recife. Ibiapina era um verdadeiro especialista na área, razão porque mais tarde seria considerado o melhor criminalista da província de Pernambuco.

Em 1832 foi titulado bacharel em ciências sociais e jurídicas. Isso lhe renderia uma melhoria de finanças, obtendo a nomeação de professor substituto. Terminado o curso de Direito, Ibiapina viajou de férias até o Ceará, para rever familiares e amigos. Ao chegar lá, visitou o presidente da província, José Mariano de Albuquerque Cavalcante, e recebeu o convite à candidatura para deputado, cujas eleições ocorreriam em março de 1833 e a posse em abril de 1834.

Ainda em viagem, ao frequentar a casa da viúva de Tristão Gonçalves de Alencar, então presidente da província do Ceará durante a Confederação do Equador, o qual era amigo de seu pai, Ibiapina simpatizou com Carolina, filha da viúva, e iniciou um namoro, que logo se transformaria em noivado, prometendo casamento (CARVALHO, 2003, p. 40).

Retornou para Olinda a fim de exercer seu magistério na qualidade de professor de Direito Natural. Recebeu então o comunicado de que tinha sido eleito deputado geral, o mais votado entre os oito escolhidos para representar o Ceará na Assembléia Legislativa Nacional, o que lhe faria crescer o prestígio na comunidade acadêmica.

Lecionou até o fim do ano letivo, quando pediu demissão. Seu intuito era então retornar ao Ceará a fim de casar-se e, em seguida, viajar ao Rio de Janeiro para assumir a cadeira de Deputado Geral. Tudo parecia estar se encaminhando em sua vida. Contudo, ao

chegar em Fortaleza recebeu a notícia de que sua noiva havia se casado com um primo que a namorava às escondidas, enquanto Ibiapina estava em Olinda.

Para Araújo (1995, p. 65), a frustração do casamento fracassado e a estranha atitude da noiva devem ter repercutido profundamente no espírito de Ibiapina, mas ele nunca revelou a ninguém seus sentimentos.

Ibiapina dirigiu-se ao Rio de Janeiro com a finalidade de assumir seu cargo de deputado. Em seu exercício, foi considerado um liberal moderado. Alguns o taxaram de ingrato por ele não ter acompanhado os amigos de seu pai, liberais exaltados (Araújo, 1995, p. 63). Encerrada a sessão legislativa de 1834, viajou ao Ceará, onde assumiu as funções de Juiz de Direito e Chefe de Polícia da Comarca de Quixeramobim, na qual trabalhou por três meses.

Pouco tempo se passou e Ibiapina deixou a magistratura, por conta de um desentendimento com o então presidente da província. Antes de deixar o cargo de juiz, porém, Ibiapina tinha feito exigências com o objetivo de bem exercer a ordem na comarca, o que fez com que o presidente Alencar começasse a se irritar com a transparente sinceridade e o comportamento enérgico do jovem magistrado.

Em 1835, Ibiapina retornou ao Rio de Janeiro, após o recesso parlamentar, quando reassumiu seus trabalhos legislativos. Encerrados seus trabalhos na Assembléia Nacional de 1837, por razões que os biógrafos não esclarecem, Ibiapina não quis se candidatar novamente, talvez por ter-se decepcionado com a atuação parlamentar que pôde observar.

Podemos refletir sobre o porquê de Ibiapina não ter se candidatado novamente à Assembléia Legislativa. Talvez as razões residissem na falta de apoio político em decorrência das desavenças com o presidente da província do Ceará. Entretanto, havia sido oferecida a ele a presidência da província de Pernambuco, pelo regente Pedro Araújo de Lima, e, ainda, houve uma proposta de se tornar Ministro da Justiça, ambas recusadas por Ibiapina.

Passou a exercer a advocacia, estabelecendo uma banca na cidade de Recife. Em 1840, Dom Tomás Noronha, bispo resignatário de Olinda, assumiu a direção do curso jurídico e convidou o então Dr. Ibiapina para retornar ao magistério naquela academia. Recusou tal oferta por razões pessoais, dedicando-se exclusivamente ao seu escritório de advocacia (ARAÚJO, 1995, p. 96; CARVALHO, 2003, p. 43). Passados dez anos, em 1850, Ibiapina abandonou a advocacia. Tinha, na época, 44 anos de idade, talvez o ápice de seu conhecimento jurídico. Por que o fez?

1.2 Ordenação sacerdotal e opção missionária

Por que Ibiapina somente se ordenou aos 47 anos de idade? A resposta demanda uma análise meticulosa. Sua história é feita de muitos dramas. Os padres e religiosos, em geral, poderiam dizer que esses 47 anos teriam sido certamente “preparação providencial”. Entretanto, ao historiador cabe questionar essas certezas e explicar essas construções fundadas nos apelos religiosos e ideológicos. Não teria sido a opção de Ibiapina uma das poucas possíveis num contexto de forte dominação política? Não teria sido a religião e a autoridade de que se investe um meio de intervir histórica, política e socialmente na dura realidade em que vivia? Isto nada tem a ver com “predestinação” ou “preparação providencial”, ao contrário, pode ser claramente questionado e compreendido historicamente.

Por isso, a história dos 47 anos de vida laica é muito interessante. Por meio dela pode-se tentar explicar a razão de Ibiapina, uma vez ordenado, decidir de ser missionário no interior, a qual surpreendeu a todos, e que o bispo somente aceitou com resignação.

Em 1816, a família de Ibiapina se transferiu para a vila de Icó. Passava, na época, por muitas dificuldades financeiras. Ele se hospedou, então, na casa do padre Antônio Manuel de Sousa, que foi um importante padrinho. Nesta época, já estava consciente da fragilidade da justiça e da política de sua região, sobretudo pela convivência com seu pai, que o fez conhecedor dos bastidores do poder.

Mariz (1997, p. 15) apresenta como o maior dos aborrecimentos que ele teve como magistrado, e “[...] que lhe chocou os princípios de independência justiça foi a absolvição de um crime bárbaro, absolvição unânime num júri acionado por poderosos locais”. Outra decepção, “[...] foi pelo inquérito que nunca descobriu o autor do crime horrendo, o assassinato a frio de preso retirado da cadeia”.

Já em 1834, quando fora eleito deputado, Ibiapina posicionava-se como um defensor das questões sociais, opondo-se, muitas vezes, a políticos e autoridades influentes. Terminada sua legislatura, dedicou-se ao ofício de advogado, principalmente em causas de pessoas humildes.

Talvez decepcionado com a vida, com o matrimônio e com os homens, resolveu abandonar a promissora carreira. Aos 46 anos, Ibiapina largou o Direito, após ter passado três anos isolado, em casa, no Recife. Viveu durante três anos a solidão e os exercícios espirituais, frequentando apenas sacerdotes e pessoas da Igreja.

Então, o Dr. Américo Magalhães, em visita ao Dr. Ibiapina, e a pedido do cônego Lourenço Correia de Sá, do padre Francisco José Tavares da Gama e de outras pessoas, perguntou-lhe: “Doutor, o Sr. nesta vida assim... por quê não se ordena? Pois não é melhor?”

(MARIZ, 1997, p. 53). Ibiapina aceitou a proposta sob a condição de não se sujeitar a exame algum. O bispo Dom João aceitou tal condição, já que havia o apadrinhamento de outros religiosos e autoridades, além de Ibiapina ter alcançado grande prestígio em sua atuação política e jurídica. No dia 3 de julho de 1853, foi ordenado sacerdote.

Os projetos que a Igreja tinha para Ibiapina eram de ordem administrativa e burocrática, como eram para todo padre secular. Então, em 15 de fevereiro de 1854, foi nomeado professor de Eloquência Sagrada do seminário de Olinda, função que exerceria apenas no ano seguinte, quando reabrisse a casa, fechada no momento por problemas financeiros. Então, no ano de 1885, Ibiapina lecionou história sagrada e eclesiástica naquele seminário, quando recebeu notícias de uma epidemia de cólera que se alastrava pela Bahia e ameaçava atingir Pernambuco (CARVALHO, 2003, p. 45). Todos os esforços profiláticos não contiveram o avanço da doença pelas demais províncias do Nordeste.

Agra (2003), analisa as condições em que viviam os paraibanos no período de transição entre os séculos XIX e XX, e chama atenção para epidemias e endemias naquela época, como as disenterias, a tuberculose pulmonar, ou a peste branca (afecções pulmonares e misentéricas), a malária ou o impaludismo, as febres e as doenças da infância.

É nesse contexto que Ibiapina decidiu abandonar o magistério e outros afazeres burocráticos para dedicar-se ao socorro dos doentes e pobres, tornando-se missionário nos sertões. É neste ponto que os biógrafos tracejam sua *linha de transformação em santo* (CARVALHO, 2003, p. 46). Da caridade desenvolvida pelos sertões é que se começa a desenhar a figura de um santo missionário.

No dia oito de dezembro, aniversário da proclamação do dogma da Imaculada Conceição de Maria, Ibiapina decidiu alterar seu nome, passando a assinar sem o sobrenome Pereira, substituindo-o pelo complemento “de Maria”.

Até então somente os frades eram missionários. Antes de Ibiapina, o Nordeste tinha sido evangelizado por missionários, jesuítas nos tempos antigos e capuchinhos nos tempos mais recentes, sobretudo capuchinhos italianos, mas nunca por sacerdotes seculares. Estes eram sempre vigários ou trabalhavam na administração da diocese.

1.3 As obras deixadas pelo religioso

A partir de meados do século XIX, o sertão nordestino foi palco da pregação de Ibiapina, que convocava os pobres a se unirem para mudar as condições de abandono e

injustiça a que eram relegados pelas classes mais abastadas. Iniciou, assim, uma vida de peregrinação pelo interior de todo o Nordeste. Fez caridade em muitos e esquecidos recantos. Em suas andanças pelo interior das cinco províncias, construiu cemitérios e hospitais, junto aos quais construiu asilos para órfãos.

Do Piauí a Pernambuco, por diversos vilarejos, os trabalhos de Ibiapina resultaram na construção de hospitais para acolher os doentes; cemitérios para sepultar milhares de vítimas da cólera; igrejas e capelas; açudes para aliviar a sede na região, e ainda as casas de caridade, que abrigavam órfãos.

Ibiapina mobilizou e canalizou as energias do povo para responder às necessidades mais urgentes. Por isso as missões de Ibiapina incluíram sempre grandes obras a serviço do povo, que (cor)respondiam às urgências. Em primeiro lugar, os cemitérios, porque os corpos dos defuntos estavam expostos e havia uma perspectiva de que fossem devorados pelos animais. Em segundo lugar, havia a falta de água, daí a construção de açudes e cacimbas.

Em alguns lugares nos quais as igrejas desmoronavam, Ibiapina mandou restaurar ou construir igrejas e capelas. Noutros, deixou hospitais, asilos para os velhos, ou abriu caminhos. Tais obras eram edificadas em mutirão pelas pessoas que o ouviam nas missões. Sua pregação falava de trabalho, cooperação, caridade, oração e harmonia entre os homens como uma vida santa, que entendia ser o único caminho para a salvação.

Diante da ausência de um sistema social organizado e da carência das autoridades políticas nas províncias do Nordeste, Ibiapina tomou a iniciativa. Nesse empenho, ele revelou um carisma extraordinário para congregar as pessoas. Organizou o povo para a resolução dos problemas mais agudos, como a falta de hospitais, açudes, escolas, orfanatos e cemitérios.

Esse movimento de massas ocorreu no sertão brasileiro do século XIX, um local esquecido e isolado do restante do país, sem estradas e qualquer meio de propaganda, a não ser o entusiasmo dos fies, que transmitiam de boca em boca as obras do Padre Ibiapina.

E em forma de mutirão de voluntários edificou cemitérios, hospitais e Casas de Caridade, orientando também na construção de cacimbas e capelas. Lembrando que sua preocupação com os desvalidos não correspondia a uma faixa etária única, pois suas benéficas estavam para idosos nos asilos a recém nascidos que eram deixados nas rodas de enjeitados.

A pé e a cavalo, Ibiapina percorreu os caminhos mais ásperos animando o povo que, aos milhares, percorria centenas de léguas para esperá-lo onde estivesse marcada uma santa missão. Enfrentando uma epidemia de cólera, construiu lazaretos quando se entregou ao tratamento dos doentes; preparou beatos e beatas com noções de enfermagem; realizou

campanhas para arrecadação de recursos; deu consolo aos aflitos, confissão e extrema-unção aos moribundos; e incentivou aos piedosos para que dessem enterro cristão aos moribundos, em cemitérios isolados, como forma de evitar a disseminação da peste.

Muitos padres aderiram à sua cruzada, contudo, não foram apenas obras materiais que padre Ibiapina construiu. Acalentou as pessoas, fez pregações religiosas, apaziguou inimizades e disseminou o amor, como relatam alguns de seus biógrafos. Além disso, alfabetizou centenas de rapazes e moças.

1.4 Os últimos dias do vigário

Foi nas imediações de uma numa região de densas baraúnas, às margens de um riacho, onde havia abrigo, água e pastagem para seus animais, conhecida como Baraúnas das Araras, em razão do grande número de tais aves que ali habitavam no início do século XIX, que, no ano de 1860, chegou o Padre Ibiapina e fundou a Casa de Caridade Santa Fé.

Na mesma época, proveniente da cidade de Areia, chegava a esta localidade um major de patente franqueada, conhecido por Antonio José da Cunha, que, tendo adquirido sesmarias de terras do Governo Imperial, procurava explorar as jazidas de calcário existentes na região. Por intermédio de sua esposa, a Sra. Cândida Americana Hermógenes de Miranda Cunha, religiosa fervorosa, foi feita a doação de terras para a construção da instituição filantrópica e da primeira capela da região, instaladas no ano de 1866.

Em Santa Fé, o Padre Ibiapina viveu seus últimos dias. Sua *via crucis* foi longa. Nos seus últimos anos de vida, serviu enquanto pôde na administração e orientação das Casas de Caridade. Entre 1875 e 1883, teve que permanecer ali, não lhe sendo mais possível prosseguir nas suas viagens missionárias. Em abril de 1876, chegou a Santa Fé carregado nos ombros, gravemente doente. O mal se agravou. Em maio produziu-se a paralisia das pernas. Dali em diante, passou os seus últimos anos de vida atrelado a uma cadeira de rodas e ao leito. A doença agravou-se gradativamente.

Resolveu, todavia, continuar dirigindo pessoalmente o centro de Santa Fé. De lá continuou distribuindo auxílios às Casas que dele precisavam. Em maio de 1879, sofreu uma

congestão cerebral, seguida de uma pleurisia. Recebeu os últimos sacramentos. Mas pouco a pouco ele melhorou até recuperar a condição em que estava desde 1876. Logo, retomou as suas atividades. Dirigia da sua cadeira de rodas todas as atividades da Casa. Presidia a distribuição dos socorros durante a seca. Controlava as escolas. Visitava o hospital edificado nas imediações da Casa de caridade, exortava os doentes e as irmãs de caridade. Na igreja situada perto da Casa, atendia os peregrinos de passagem, ensinava, exortava, dava o catecismo.

Após a congestão de 1879, sofreu um novo ataque a cada ano. Em janeiro de 1882 o ataque foi mais grave. Problemas vasculares culminaram em alguns derrames. A agonia prolongou-se durante mais de um ano. Em seu o seu último ano multiplicou as exortações nas visitas que recebia, nas conferências espirituais que dava às irmãs (freiras).

Em fevereiro de 1883, o estado de Ibiapina tornou-se mais grave. Teve vários e sucessivos ataques, os quais deixaram-no cada vez mais fraco. No dia 19, a irmã que escreveu a última parte da Crônica evoca os últimos momentos de Ibiapina da seguinte maneira:

às 6 horas da manhã, meo Pai olhou para certa altura, ficou possuído de uma alegria extrema apontou e disse: 'Maria!' E repetio segunda vez: 'ali está Maria'. Rio-se e perguntou a minha Mãi: 'Minha filha: vocês estão vendo Maria?' Minha'? Mãi olhou e disse: 'não vejo nada não, meu Pai'. Entrou gente no quarto e elle calou-se; logo que se retiraram, elle tornou-se a encher de prazer e disse, apontando para o mesmo lado: 'Lá está Maria. Minha filha, olhe!' E minha Mãi procurava para ver e disse: 'não vejo, meu Pai', e ele repetia: 'lá está Maria'. Ficamos sabendo que Nossa Senhora appareceu a seo servo na extremidade da vida, como tem feito aos Santos. Portanto seja Maria... (Crônicas, HOONAERT, 1992, p. 116).

Então, no dia 19 de fevereiro de 1883, aos 76 anos, numa casinha de taipa na localidade de Santa Fé, próxima ao povoado das Baraúnas das Araras, faleceu Padre Ibiapina, e seu corpo foi sepultado em Santa Fé - santuário que recebe milhares de pessoas anualmente de diversas partes do Brasil, para ficar mais perto da história do santo nordestino, uma vez que há atualmente uma forte propagação da devoção ibiapiana, estando sua identidade ligada à pobreza e ao auxílio a esta.

CAPÍTULO 2: BREVE PERFIL RELIGIOSO E EDUCACIONAL NO SÉCULO XIX

A biografia de Padre Ibiapina reporta o leitor a um momento histórico que coincidiu com o processo de modernização da sociedade brasileira no século XIX: a ruptura da relação Estado e Igreja Católica com um posterior rompimento do modelo assistencialista praticado pela mesma. Assistencialismo esse que vai desde o abrigo material até a formação intelectual e moral, editando a inexistência de um sistema educacional operante e, em contrapartida, a preocupação constante de atender os interesses de quem detinham o poder.

Para entender as premissas dos fatos e contribuições do missionário é preciso contextualizar as informações, a fim de identificar as motivações e as dificuldades encontradas por ele em suas práticas obreiras. Por isso, neste capítulo, tecemos aspectos relacionados à forte presença da Igreja Católica, a sua união estável e mais tarde desarticulada com o Estado, bem como as limitações existentes no quadro educacional em um país. Onde se prometeu o ensino gratuito a população, mas que fundamentou mais em exigências do que em direitos, com governantes bem mais preocupados com as questões econômicas do que a Educação.

Para embasar tal concepção, faremos uso de fontes teóricas que historiografaram o período e de que maneira se dava a educação feminina, qual o papel da mulher na sociedade, e

dessa forma compreender a prioridade que o Padre Ibiapina lhe atribuía em suas Casas de Caridade. E como a religiosidade foi um aspecto elementar tanto nessas instituições como no Nordeste oitocentista, é impossível não citar as razões que motivaram os conflitos cléricos para também refletir como as obras de Ibiapina incomodavam o bispado, entre elas as Casas de Caridade.

Observaremos ainda que o empreendimento do governo em relação à educação feminina encontrava-se inferior a educação destinada ao outro gênero, revelando a distinção discriminatória e o atraso da educação em terras interioranas, por isso, a inquietação do Padre Ibiapina com a educação das meninas e formação religiosa delas. Os fatos aqui descritos sucedem em um dado momento em que ocorria um fenômeno denominado “feminização do catolicismo”, o qual chegou a influenciar as congregações religiosas ao se educar para a forma de ensinar espelhada à imagem de quem educa.

2.1 A relação entre a Igreja e o Estado

Durante o século XIX a religião católica ainda seguia predominante no Brasil e em pleno processo de catequização dos populosos, apesar de começar a apresentar posturas diversificadas: quando uma parte do clero defendia que a Igreja deveria permanecer vinculada ao Estado tal qual era no período de colonização, outra parte reivindicava que esta precisava se adaptar as idéias iluministas a fim de fazer com que se adequasse a ter independência da coroa portuguesa.

Essas posturas deram início a debates entre imperialistas e religiosos que giravam em torno da preocupação em fazer com que o Brasil pudesse obedecer à hierarquia clerical e evitasse esta desvinculação proposta pelos ideais iluministas que tentavam nacionalizar a religião no país. E, em 1827, o catolicismo obteve a posição de religião oficial e a Igreja Católica passa a realizar um importante papel na sustentação do poder constituído no Brasil, ao passo que o Estado ditava as regras de conduta da Igreja como afirma Romano (1990, p.82):

Documentos oficiais da época definiam normas que regulavam o procedimento dos negócios religiosos. Previa-se desde o modo a ser empregado na renumeração dos quadros eclesiásticos, até o controle oficial do culto, por parte do funcionário civil, o qual deveria acompanhar a ação dos bispos, avisando o

governo central dos eventuais revoltosos no meio da hierarquia fornecendo-se a administração local, nessas ocasiões, as regras de comportamento necessárias.

As imposições do Estado constituíam uma maneira de tentar controlar a participação da Igreja Católica junto à sociedade, já que esta era proprietária de grande quantidade de terras e exercia influência na saúde e na educação das pessoas, e, portanto representava uma perigosa parceria na hierarquia do poder nacional. O Estado passa a tentar inibir as atitudes dos bispos com relação à formação das Irmandades, dando sequência as prisões dos mesmos e enviando um representante ao Papa para comunicar as possíveis arbitrariedades cometidas, ampliando o clima de insatisfação e discussões que mais tarde culminaram na separação entre Igreja e Estado.

O Brasil passa a ser laico no final do século XIX quando a monarquia é substituída pelo regime republicano como afirma Gaarder (2000, p. 283):

A separação entre Igreja e Estado, ato político que institucionalizou a neutralidade do Estado em matéria de religião, foi obra da República proclamada em 1889, depois chamada República Velha. Os republicanos houveram por bem inscrever desde logo na constituição de 1891 – definitivamente, pelo menos até agora – a moderna liberdade de culto.

Contudo, as mudanças não se limitavam a liberdade religiosa, com tal foram ocorrendo transformações expressivas no meio social. O pluralismo religioso foi acompanhado da expansão organizacional da própria Igreja Católica e das mudanças econômicas, políticas e culturais, bem como as conquistas de escolarização. E por ter perdido poder quanto às decisões oficiais seu discurso contra a liberdade religiosa do povo já não surtia o efeito de antes.

Ao final do século XIX, a ação romanizadora se desloca do cenário próprio do poder político para fortalecer sua atividade proselitista, sobretudo junto à emergente classe média das cidades urbanizadas. Quando aderiu ao Estado liberal, a Igreja renunciava à “função de coadjuvante do Estado na ordenação da sociedade”, exercida até então, para aferrar-se à “função *espiritual* de levar os homens a abrir-se para um sobrenatural meta-histórico” (CAVALCANTE e LIMA, 2009, p. 4). Apresentando, assim uma mudança não apenas em suas atividades junto à população, bem como a Igreja transfere o seu espaço de atuação. Ainda de acordo com Moura e Almeida a religião católica cessa seu discurso de união com o Estado e, mais direcionada aos seus fiéis, assume princípios de homogeneidade religiosa agindo com a intensificação da obtenção de adeptos e multiplicação dos núcleos de formação evangelizadora.

Nas áreas interioranas do país, a carente realidade socioeconômica constitui um forte motivo para que a população crie um forte vínculo com o catolicismo nas celebrações místicas e no apego aos santos. Porém, esta situação não agradava aos bispos que buscavam centralizar as atividades pastorais e nem ao clero iluminista que queria afastar estas práticas racionalizando a religião. A edificação da fé pela fé foi um marco do catolicismo na prática de romarias e construções pelo interior do país, como cita Andrade (2002, p.153):

Foi nas regiões mais interioranas ou nos Sertões para onde era mais difícil atrair os clérigos que mais se disseminou o catolicismo popular ou rural. De fato a situação de penúria de padres em certas regiões do país favoreceu o desenvolvimento de um catolicismo menos ortodoxo com a participação ativa dos leigos e beatos que investiam principalmente na criação de santuários domésticos e na organização de romarias para esses santuários.

Na região nordestina alguns dogmas da religião católica foram ficando desconhecidos no exercício doutrinário e, diferente do catolicismo oficial, estava voltado para devoção aos santos sendo adequado a dura realidade local de miserabilidade em que as pessoas se encontravam. Demonstrando, assim, que a unicidade da Igreja no território brasileiro jamais existiu e serviu para que a existência de várias vertentes de pensamento fizessem surgir ideais mais comunitários, distanciando o catolicismo romano puramente pragmático e rotulador. Conforme Andrade (2002, p.155) a face humanista dessa religião é fruto de diversas adaptações frente a conflitos implícitos a Igreja e seus religiosos, e teve como principais manifestações as *missões* que buscavam a evangelização e eram alvo de crítica dentro da própria instituição.

A principal questão deste período passa a ser o desempenho de trabalhos sociais que auxiliem no desenvolvimento das populações locais, havendo um desapego dos discursos ferrenhos contra a postura dominante do Estado e da submissão da Igreja ao mesmo. Em meio a essas circunstâncias, o Padre Ibiapina surge como missionário benfeitor de postura fraternal no Nordeste brasileiro.

Ibiapina nesse período de enfraquecimento do clero e da Igreja, não entrando em qualquer luta com o Estado, estava entregue ao serviço sobre a alma do povo. Talvez pensasse que, no íntimo o pensamento brasileiro, começando-se uma grande ação pelo interior, o mais era secundário, destinado a desaparecer com os efeitos da propaganda sobre aquele elemento basilar. Não teve um plano de conjunto de reação religiosa, visando o ataque da luta pela cultura no litoral e pelo ensinamento e a doutrinação simples nos Sertões. (MARIZ, 1997, p. 153).

Com a crescente devoção dos leigos aos santos católicos houve uma maior adaptação do catolicismo à realidade daquelas pessoas que desconheciam o dogma da Igreja Católica e que conseguia captar apenas o que era mais perceptível e que estava mais próximo de sua vivência, isto é, a imagem da religião que trazia consigo soluções para os seus problemas cotidianos. Essa postura, mesmo sendo arbitrária para o bispado, era assumida por Padre Ibiapina, que enfatizava o ensinamento cristão e o aprender de atividades que culminassem em melhores condições de vida das comunidades, papel de responsabilidade do Estado que se fazia distante sem uma atuação sumária.

Segundo Hoonart (1992, p.81) o maior milagre de Ibiapina foi o de conseguir uma relativa e passageira organização do povo nordestino atomizado e desarticulado pelo cataclisma do colonialismo. O autor ainda se refere a esta obra como passageira e aponta a falta de compreensão por parte do clero como um entrave para a compreensão da organicidade da atuação de Ibiapina frente às dificuldades existentes no Nordeste e impossíveis de serem atendidas seguindo os modelos pastorais importados da Europa.

2.2 Contexto histórico da Educação no Brasil

Na segunda metade do século XIX no Brasil, pensadores liberais defendiam uma Educação para todos baseada no modelo europeu, apesar das diferenças existentes nos aspectos socioeconômicos, político e cultural entre a Europa e nosso país. Porém o Estado estava mais preocupado com dois elementos que freavam o desenvolvimento capitalista desta nação: a falta de mão de obra, advinda da abolição da escravatura, e a desorganização estrutural da produção agrícola.

A Educação, paralela ao desenvolvimento econômico, passa por significativas transformações quando se torna alvo de discussões políticas que a reivindicam de forma obrigatória, como uma das formas de resolver os “dissabores” brasileiros, ou seja, sua prática surge como proposta para amenizar os problemas sociais, decorrentes das contradições da sociedade burguesa que se tornavam visíveis no momento e, por conseguinte, apareceria como tentativa de restabelecer a ordem e o equilíbrio social após os acontecimentos históricos da época.

Enquanto nos países europeus havia o crescimento da industrialização e o enraizamento do capitalismo, a Educação – como necessidade humana – era vista em nosso país com caráter obrigatório quando o Estado transferiu para os pais sua responsabilidade educacional. Assim ficava a cargo dos genitores o desenvolvimento intelectual dos seus filhos da forma que mais lhes fosse conveniente, neste contexto a Educação era para poucos no território nacional e privado nos domínios de quem a pudesse custear.

Como afirma Mill (1994, p.202) o governo passa apenas a exercer o dever de obrigar todas as crianças a serem educadas pelas famílias que pudessem pagar, não de interferir na Educação delas, nem apontando o conteúdo a ser ensinado e nem o modo de ensino. Porém, aqueles que não possuíssem recursos financeiros, e que deveriam contar com a atuação do Estado nesse sentido, eram simplesmente excluídos, uma vez que não existia um sistema educacional. Por isso, os congressistas pautavam que o Estado deveria se preocupar com a educação daqueles indivíduos cujos pais ou responsáveis não pudessem oferecê-la por falta de recursos.

Ainda segundo Mill (1994, p. 203) as objeções que com razão se alegam contra a Educação pelo Estado não se aplicam à obrigação por ele imposta, mas sim ao fato de tomar sobre si a direção do ensino, o que é uma coisa totalmente diversa. Suas declarações sobre o âmbito educacional também evidenciam as práticas pedagogizantes nos estabelecimentos de escolares, exigindo a profissionalização e qualificação de professores e instaurando a competitividade entre os donos de colégios privados.

Neste período, a exemplo do modelo educacional europeu, o Brasil além de se preocupar com o aperfeiçoamento intelectual dos indivíduos passa a mensurar a importância da promoção do desenvolvimento das capacidades morais, como uma forma de controle e manejo da sociedade, enquanto isso uma série de projetos para a sistematização da Educação era votada na Assembléia Legislativa como parte da política desenvolvimentista do país.

A defesa de uma Educação intelectual juntamente com a formação moral visava o crescimento do bom senso na população diante de situações que chamavam a atenção do governo como o alto índice de natalidade (ARIÈS, 1991, p.82). Ou seja, a Educação era almejada contemplando os aspectos pessoais, moralistas, nacionalistas e igualitários na formação de crianças capazes de mais tarde desempenhar seus papéis na vida particular e pública.

Faz-se importante considerar que nesse cenário o pano de fundo era a abolição de escravos no Brasil e a industrialização na Europa. Com a transição da escravatura para o

trabalho livre surge à problemática da falta de mão de obra nas lavouras e o governo passa a procurar meios de fazer com que o país entrasse na órbita do capitalismo industrial. Aparecem com mais evidências as necessidades de reforma agrária, da divisão do trabalho (separação agrícola e fabril) e da modernização do país; e em decorrência destes veio à preocupação de escolarizar homens habilitando-os para o setor produtivo, frente à luta econômica que se acirrou na segunda metade do século XIX.

De acordo também com Ariès (1991, p.82) a fim de atingir o patamar de desenvolvimento das nações européias, nosso país passa a implantar, ainda de forma bem restringida e apenas nas capitais de mais destaque, o ensino universal, público, gratuito e obrigatório para adultos como forma de organizar o trabalho, a produção e a propriedade – no final do século XIX. Propôs-se estabelecer no Brasil a mesma forma de organização da vida material e intelectual européia, uma vez que, para sobreviver à grande concorrência econômica internacional teria que construir e adotar os mesmos ideais e interesses burgueses europeus, quando a vida política, social e educacional é submetida à transformações consideráveis exigindo uma nova mentalidade do governo e de seus governados.

Dessa maneira, a Educação para todos não está embasada em fundamentos ideológicos ou filosóficos, serve para atender às exigências do capital internacional frente às características que se incorporavam ao país, como a chegada em massa dos imigrantes. A qual fez com que surgisse uma educação nacionalista para transmitir aos estrangeiros as noções de cidadania, de moral, os direitos e deveres dos sujeitos em território brasileiro com a imposição do sentimento de patriotismo.

A renovação do pensamento pedagógico estava impregnada pela ideia de Estado e a estatização supunha certa centralização e uma abordagem generalizada dos problemas educativos. Esse domínio do Estado em questões pertinentes à Educação gera conflitos como: a indefinição do poder escolar e postura tendenciosa das religiões pela “liberdade de ensino”, uma vez que estas se opunham ao monopólio do Estado, e em meio a tais surgem as controvérsias quanto aos conteúdos a serem ministrados.

No decorrer de século XIX, conteúdo e método de ensino fizeram parte do intenso debate sobre a questão política da Educação popular e os meios para efetivá-la, pois, enquanto a modernidade trazia o predomínio da racionalidade embasada no conhecimento científico, se faziam mais marcantes as características políticas, religiosas e culturais locais em decorrência dos conflitos dessa natureza, e que conseqüentemente interferiram também no formato de Educação impressa à população.

O fenômeno de escolarização em massa se tornou próprio da construção do Estado-nação e a escola foi elevada à condição de instrumento de modernização social quando duas modalidades se fazem bem distintas nesse processo: a primeira com o ensino secundário de cultura geral para a formação das elites, e a segunda com o ensino primário voltado para a formação dos trabalhadores com práticas industriais, comerciais, agrícolas e a educação do lar (Mill, 1994, p.205).

O formato educacional também divergia entre os gêneros, tendo programas de estudo bem distintos para homens e mulheres – reforçando a distinção do papel de cada um deles na sociedade brasileira. A educação feminina estava voltada, inicialmente, as práticas de escrita, leitura, contar, costurar e bordar; com posteriores manuais e disciplinas de conteúdos específicos voltados às atividades domésticas.

Segundo Louro (1997, p. 13) em um período em que a educação feminina era de certa forma precária, os positivistas começaram a defender a idéia de uma maior instrução para as mulheres em uma perspectiva de prepará-la adequadamente para o papel de mãe e de esposa – desta maneira estariam indiretamente educando os homens, pois as primeiras noções de educação são dadas pela mãe dentro do lar. Louro (1997, p. 32) afirma que a educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos e formadora de futuros cidadãos. Beauvoir (2003, p. 217) explicita que:

As mulheres não tinham história, não podendo, conseqüentemente, orgulharem-se de si próprias. [...] Uma mulher não nascia mulher, mas tornava-se mulher. Para que isto acontecesse ela deveria submeter-se a um complexo processo no seio de uma construção histórica cujo espírito determinaria seu papel social.

A autora assim destaca a figura coadjuvante da mulher do século XIX inserida num formato familiar patriarcal e em uma sociedade machista que detinha apenas homens como professores. Alvos de reclamações por impaciência em sala de aula, os homens começaram a perder lugar para as mulheres que começam a ocupar espaço no ensino das escolas primárias. Assim, se configura a estreita vinculação do magistério com a figura feminina – uma profissão delineada para as mulheres, que, de uma certa forma, reproduz uma de suas funções dentro da família: cuidar das crianças (ARIÈS, 1991, p. 90).

Na Primeira República, as mulheres das classes populares se inserem no campo de trabalho industrial nos maiores centros urbanos do país, principalmente no ramo têxtil, passam a ser encarregadas pela vigilância das máquinas e se destacam pela destreza manual

tornando-se forte concorrente para os homens, porém são injustiçadas com o recebimento de salários desiguais. Assim, a sociedade exigia cada vez maior a participação feminina no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que valorizava seu papel doméstico.

A mulher do Nordeste oitocentista era subordinada e dependente do pai ou do marido, sendo feita propriedade do homem e calada por ele. Deveria seguir as obrigações religiosas que também as inspirava o conformismo e a fragilidade, construindo ao longo do tempo um estereótipo de propriedade e produto do homem. O objetivo do ensino a ela direcionado circundava na esfera de instrução para o casamento, através de lições que tratavam das atividades da casa; não se podendo esquecer-se do ensino das letras, francês e música, os quais podiam proporcioná-la um único caminho, além do serviço no lar, a carreira de magistério.

A almejada emancipação feminina teve importante contribuição da Educação e da Religião, como berço de acolhimento, sendo este encontrado nas Casas de Caridade de Padre Ibiapina com a valorização da mulher e orientação de como pudesse gerir o próprio sustento (Mariz, 1997, p. 269). Porém os estigmas femininos começaram a mudar mesmo, em meio a muita subjugação e enfrentamento com ideologia igualitária, com o surgimento das escolas mistas, a criação da escola normal e a permissão ao ingresso de mulheres nas faculdades.

O envolvimento religioso com atuação educacional vivenciado pelas beatas do pároco é definido por Xavier (1990, p. 55) da seguinte maneira:

[...] essas sublimes mulheres que por toda parte sofrem e sem causa pedem novos e maiores sofrimentos para corresponderem à sublime instituição de Irmãs da Caridade, que quer dizer que promessa o amor de Deus e do próximo com Jesus à frente a ser modelo, a quem querem amor com provas dolorosas e nunca interrompidas por descanso e covardia.

A autora deixa claro uma formação margeada pela domínio da imposição, mas também faz refletir que os princípios cristãos, existentes nas instituições ibiapianas, (co)existiam e eram agregados no ensino das primeiras letras como forma de doutrinar as pessoas sem possíveis questionamentos. Esse comportamento mais uma vez distingue o envolvimento da Educação com a Religião em dado momento histórico e a postura do Padre Ibiapina nas Casas de Caridade sob influências sofridas em meio à sociedade em que estavam inseridos.

CAPÍTULO 3: AS CASAS DE CARIDADE E SUAS CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS

O final do século XIX ficou marcado no Nordeste brasileiro, especialmente nos estados da Paraíba, Ceará e Pernambuco, pelas grandes secas, entre as quais se destaca a ocorrida entre 1877 e 1879, em que milhares de pessoas morreram. Neste contexto, a carência de estruturação material para sobrevivência em meio à seca fez surgir no povo do século XIX o apego ao Padre Ibiapina, religioso, missionário e educador que se dedicou fervorosamente a construção de ambientes salubres para atendimento da população carente. Tais estabelecimentos ficaram conhecidos como as Casas de Caridade e foram marca de um trabalho ferrenho a favor das pessoas excluídas e desamparadas.

Por meio da pesquisa biográfica que determina elementos históricos contextualizantes foram coletadas informações que convergiam para o entendimento dos pormenores que fizeram com que Padre Ibiapina se dedica-se tanto as Casas de Caridade. Portanto, este capítulo descreve desde a fundação até a manutenção dessas instituições filantrópicas, perpassando o funcionamento e a manutenção das mesmas.

Dentre os trabalhos consultados sobre o Padre Ibiapina, podemos citar a monografia de Cláudio Sousa de Carvalho, intitulada “Padre Ibiapina e as Casas de Caridade no âmbito da Educação do Brasil Oitocentista”, que trata da atividade educacional de Ibiapina, simbolizando pelas Casas de Caridade, fazendo um paralelo com a educação no Brasil daquela época. Para tanto apresentaremos uma problematização histórica voltada à identidade do missionário, direcionando nossa atenção à sua passagem por Santa Fé, em meio à crescente devoção a Padre Ibiapina.

Apresentaremos neste capítulo, a distribuição dos quadros de funcionários para a manutenção das Casas, suas respectivas funções que convergem com o funcionamento e manutenção dessas instituições. Bem como as razões da decadência delas e as suas contribuições no âmbito educacional. Verificando, ainda, aspectos comuns entre as regras e normas presentes no Estatuto das Casas de Caridade e as obrigações atribuídas aos espaços escolares; a importância do enriquecimento da cultura local da época e a organicidade dos fatores que fizeram das Casas de Caridade uma marca inigualável do Padre Ibiapina no Nordeste oitocentista. Dando destaque, a Casa de Santa Fé e a prática de devoção presente nos dias atuais.

3.1 Fundação e funcionamento das Casas de Caridade

As Casas de Caridade foram fundadas por Padre Ibiapina a partir da década de 1860 em cinco províncias nordestinas: Paraíba, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco, por onde o mesmo passava em suas missões chamando a atenção por conseguir edificar estas construções juntamente com os populares em curto espaço de tempo, em virtude da multidão de pessoas e dos recursos que sua palavra mobilizava.

Os dados históricos evidenciam que tais estabelecimentos foram a principal marca do padre, devido o auxílio ali prestado em época da grande epidemia de cólera que se alastrava terras nordestinas. Nelas, era prestado atendimento de saúde aos doentes mais pobres e mais

tarde, com a ajuda de algumas religiosas missionárias, as Casas de Caridade passaram a oferecer formação moral e intelectual para os jovens e a abrigar órfãos e abandonados.

Portanto, esses estabelecimentos foram edificados num cenário de abandono e pobreza advindos do grande período de estiagem, da crise econômica e do descaso do Estado. Os problemas gerados pelo banditismo, pelo desaparelhamento da justiça e pelos entraves vitimavam um povo ignorante e excluído que sofria toda precariedade física, humana e espiritual que existia. (BARROS, 2008, p.100).

A primeira Casa de Caridade de Ibiapina foi construída em 1860 em Gravatá de Jaburu, em Pernambuco. Posteriormente, houve a fundação das Casas de Caridade em Santa Luzia do Sabugi na Paraíba, em Angicos e Açú no Rio Grande do Norte, bem como em Barbalha no Ceará. Em 1863, em Sant'Ana do Acaraú, foi inaugurada uma Casa de Caridade com vasta edificação e em apenas dois meses constrói a de Sobral, a qual posteriormente foi ampliada com salas de aula e hospital. E ainda no mesmo ano o pároco fundou uma Casa de Caridade em Acari.

Segundo Mariz (1997), em fevereiro de 1865 foi fundada a Casa de Caridade de Missão Velha no estado do Ceará, sendo um amplo edifício com pavilhões para atendimento de saúde e contendo uma roda de enfeitados. E em 1º de maio de 1866 foi inaugurada a Casa de Caridade de Santa Fé, construída em terras do Major Antônio da Cunha e de sua esposa dona Cândida. Em seguida o Padre Ibiapina seguiu na construção da Casa de Caridade de Pocinhos e de Pombas (hoje Parari), respectivamente nos municípios de Campina Grande e São José do Cariri.

De acordo com Araújo (1995, p. 12) no ano de 1868 o missionário funda a Casa de Caridade de Crato e no ano seguinte a de Barbalha, no estado do Ceará, entre outras construções como capelas, açudes e cemitérios. Dando sequência à construção de uma Casa de Caridade em Milagres, com anexos para hospital e asilo para inválidos. Também fez parte da edificação da Casa de Caridade de Cajazeiras, ambas no estado da Paraíba (MARIZ, 1997, p. 47).

As reformas, a conversão, os melhoramentos, as novas construções, a fiscalização e a reparação dessas Casas de Caridade ficavam aos cuidados do missionário em meio às práticas de pregação como cita Barros (2008, p.121):

O Cariri regurgita de entusiasmo sob a energia renovadora do pregador. Constroem-se a Casa de Caridade do Crato, a capela e o açude de Caldas, igreja em S. Bento e Brejo do Cuité. Multidões se deslocam de uma freguesia para outra,

cantando, rezando e trabalhando sob as ordens do pregador. Inimigos se reconciliam, casais se unem, pecadores se convertem, ricos fazem doações generosas e os pobres recebem o novo alento pela perspectiva de uma vida menos injusta.

Após ter atravessado o território cearense em suas andanças, o padre andarilho, chega em 1871 no estado de Pernambuco onde foram construídos além da Casa de Caridade e hospital em Baixa-Verde (atual Triunfo), igrejas, açudes e cemitérios deixando sua marca por onde passava. E ao retornar a Paraíba, em junho de 1872, Ibiapina instala a Casa de Caridade de Cabaceiras em um efetivo período de missões e fundações em vilas e povoados paraibanos. Os prédios das Casas de Caridade eram construções notáveis para a época, como já fora citado, em cujas dependências por vezes eram instalados salas de aula, enfermarias, capelas, refeitórios e dormitórios com capacidade para vários leitos. Os edifícios foram projetados como um ambiente linear não apenas para atender a comunidade interna, mas também a externa. E eram levantados a partir da prontidão das pessoas, com recursos locais além da força física voluntariam e ficavam a cuidados de um grupo de homens e outro maior de mulheres escolhidos por Padre Ibiapina.

A participação desses homens nas obras de Ibiapina foi valorosa, esses Gedeões como foram nomeados pelo religioso, segundo Hoornaert (1992, p. 43) se vestiam como ermitãos, com camisa azul, descalços e sem chapéus, com cruz e bentinhos que distribuía praticando penitência e jejum, demonstrando aceitação e resignação mediante o sofrimento. A prática da caridade é destacada por Comblin (1993, p.37) ao afirmar que eram homens que tudo abandonavam para servir a Deus nas Casas de Caridade.

O conformismo com a miserabilidade contrastava com o sentimento de fraternidade expresso na ajuda do sustento das instituições quando estes homens saíam a pedir esmolas, ao cuidar dos rebanhos e da agricultura, bem como ao se fazerem professores quando havia escolas mistas anexas as Casas de Caridade.

As edificações realizadas com o comando do religioso têm o seu valor reconhecido por agregar amparo religioso, social e educacional, tais valores se encontram implícitos na afirmação de Mariz (1997, p. 8):

Entre esses padres do povo, vêm os missionários errantes, dos quais Ibiapina, avultando por um tirocínio mais longo e por uma ação mais pura, original e brilhante, é, sem dúvida o maior do Nordeste. Antes dele não temos à vista nenhum que se pareça. Não nos consta, depois, outro com tão ardente e exclusivista vocação de apóstolo e educador.

A instalação das Casas de Caridade nos povoados por onde Padre Ibiapina passava em missão constituía era tida como uma forma de “remediar” as necessidades da população. E para tal teve a contribuição das mulheres – ferramentas consideradas imprescindíveis na manutenção e organização das Casas de Caridade. Tais espaços se tornaram prioridade para o pároco e se destacam por sua contribuição para educação feminina, uma vez que nesses ambientes se proporcionavam formação moral para as órfãs e a formação da mulher cristã, esposa e mãe.

Para Carvalho (2003, p. 39) a compreensão manifestada por Padre Ibiapina no que diz respeito à forma pouco ortodoxa do catolicismo da população rural, bem como as atividades e o entusiasmo causando para que este colaborassem com a construção de obras úteis no seu cotidiano gerou grande devoção demonstrada pelas festas, flores e foguetórios que saudavam sua chegada na maioria das cidades que ele visitava.

As Casas de Caridade construídas em diversas vilas nordestinas recebiam moças e meninas pobres para serem educadas para a fé, para o exercício dos trabalhos domésticos e para o casamento sob a orientação ibiapiana e empenho das Irmãs de Caridade – mulheres religiosas e solidárias das próprias localidades. Tal denominação, segundo registros historiográficos, foi criada por Ibiapina e era criticada por outros religiosos por ele não ter consultado o beneplácito de Roma, intitulando por suas convicções mulheres consideradas leigas. Lembrando que esse título só era concedido após cinco anos de demonstrando obediência aos seus serviços e total dedicação (CAVALCANTE & LIMA, 2009, p. 3).

As Irmãs de Caridade trabalhavam em meio à calamidade vivenciada nas localidades que contavam com recursos insuficientes fornecidos pelo Estado para amenizá-la. A contribuição delas na obra missionária do Padre Ibiapina foi essencial para que ele conseguisse realizá-la, pois eram as mulheres que lideraram estas casas e que se responsabilizaram pela educação das órfãs. Dedicavam-se em tempo integral e sabendo, Padre Ibiapina, do caráter essencial de tais mulheres, lhes dirigiu grande parte do conteúdo de seu discurso para conduta moral que estas deveriam seguir. Também é importante lembrar a participação de outro grupo de mulheres: as religiosas leigas fervorosas que colaboraram na edificação das obras do missionário, mas que passavam apenas parte do seu tempo nas Casas por terem responsabilidade familiar.

A rotina diária da manhã até a noite era acompanhada de momentos de oração, estudo e trabalho que exigiam dedicação e vigilância, remetendo a ociosidade o status de pecado e da merecida punição. Todos os dias às dezesseis horas da tarde a Irmã do Coro se encarregavam

da oração do terço e outras orações, sendo no sábado, de duas em duas horas, as órfãs ou irmãs estavam na Capela louvando a Deus até o amanhecer de domingo, cabendo as mais jovens os primeiros horários.

Segundo Carvalho (2003, p.51) o movimento e a vida nas Casas de Caridade iniciavam diariamente às cinco horas da madrugada com a oração matinal, seguindo da primeira refeição às oito, o almoço ao meio dia e a caia às dezenove horas. E afirma também que a Irmã Superiora todas as tardes tomava conta dos trabalhos dos engenhos, das costuras, e da confecção dos sapatos e chapéus de palha. Após as orações matinais a Irmã Zeladora cuidava para que as órfãs e pensionistas se higienizassem e se preparassem para a escola e as outras irmãs eram direcionadas aos trabalhos da Casa.

As mestras tocavam a campa anunciando o horário de aula. As enfermeiras dirigiam-se aos hospitais para visitar os enfermos, fazer limpezas, aplicar remédios e o que fosse necessário. A Irmã Roupeira cuidava de verificar se havia roupa rasgada para cozer, ou se faltava roupa para as órfãs ou para os doentes, devia zelar por toda roupa da casa, até mesmo solicitar roupas que faltassem e poderia ter uma órfã como ajudante, contanto que soubesse cozer. As cozinheiras subdividiam-se entre aquelas que o faziam para a comunidade da Casa e as que faziam para o hospital. As Irmãs Porteiras deveriam abrir e fechar a portaria, receber os visitantes, recolher enfeitados nas rodas, receber esmolas e donativos que aparecessem. (CARVALHO, 2003, p. 53).

As visitas as órfãs e pensionistas se dava dominicalmente após todas irem à missa na Igreja da comunidade em procissão, acompanhadas pela Irmã Superiora, a Irmã do Coro e algumas Irmãs de Caridade, enquanto todo o ambiente da Casa era limpo e na capela esperam os parentes. Este encontro servia para que os pais entregassem as roupas às pensionistas, cuja responsabilidade sobre a limpeza destas não era de ofício das Irmãs.

3.2 A manutenção e a decadência das instituições

As Casas de Caridade, assim como os hospitais, eram regidas por um Estatuto criado pelo Padre Ibiapina para ser severamente cumprido. O Estatuto hierarquizava com normas e códigos o funcionamento dos estabelecimentos, concedendo responsabilidade aqueles que

participavam da irmandade religiosa. Eram empregados de tal, conforme o capítulo I: o Regente, o Capelão, o Médico, as Irmãs de Caridade e um Tesouro. O Regente ficava responsável pelo recolhimento das doações que seriam enviadas para as instituições e apenas ele poderia incumbir outro responsável para tal tarefa, entre outras incumbências. Como Mariz (1997) apresenta no estatuto da casa de caridade:

Art. 5º - Das esmolas recebidas em gênero alimentícios fará o Regente o abastecimento do Hospital e se por ventura houver falha (o que não é jamais de esperar) fará os suprimentos com os fundos procedentes das esmolas. Quando porém as esmolas dos gêneros, sujeitos a corrupção, sobraem às necessidades do Hospital, serão do Regente distribuídos por intermédio das Irmãs de Caridade ou do Irmão esmoler pelas casas dos pobres, tendo preferência as viúvas e órfãos ou por algum enfermo pobre que por quaisquer circunstancia não tenha sido recolhido ao Hospital, ou finalmente pelos presos pobres da Cadeia.

Art. 30º - Haverá um ou mais Irmãos de Caridade, para receber as esmolas da Feira em generos ou dinheiro, os quais se dirigirão a pedir a esmola com toda a singelesa e candura, não notando nequelles que não derem agradecendo por parte da Caridade os que esmolarem. Este ou Estes Irmãos serão os braços do Regente para o desempenho da sustentação do Hospital, e por isso serão escolhidos dentre aquelles que forem verdadeiramente dedicados a Caridade e de sã consciência.

Portanto, a manutenção dos estabelecimentos deveria provir de recursos da mais variada natureza como se faz presente nos artigos 7 e 8 apresentados por Mariz (1997), ao serem citados propriedades de terras, casas e móveis para ficarem devidamente registrados em pastas civil e eclesiástica. A preocupação com o imposto em cima dos bens obtidos é de encargo também do Regente que deve “solicitar do Poder Legislativo Geral dispensa das leis de amortização para que este hospital possa possuir em bens de raiz até a quantia de cem contos de reis, visto que é de esperar e dos sentimentos de caridade de todos quantos tiveram notícia de tão útil instituição, donativos, legados, etc”.

As normas ibiapianas vigentes também recomendavam o uso do hábito para as irmãs adjetivando-o como “cômodo tanto para o serviço interno como externo, sendo financiado pelas doações arrecadadas e indicadas pela Irmã Superiora”. A Superiora tinha a incumbência de dirigir as Irmãs de Caridade, administrando toda a economia interna da Casa e, segundo o Capítulo 4 nos artigos de 16 a 20 em Estatuto, ela deveria ainda providenciar a medicação dos enfermos receitada pelo médico, cuidar da organização dos leitos e praticar a confissão com zelo e docilidade.

Também se faz presente na documentação as orientações quanto o rigorosa respeito que as Irmãs de Caridade deveriam para com a Irmã Superiora caso o contrário não ficaria impune provável desobediência, como podemos ler no trecho:

[...] que tiver a infelicidade de desobedecê-la por três vezes, sendo advertida, será lançada fora do hospital (...) A Irmã de Caridade que for por desgraça cair em alguma torpes ou faltar a caridade será imediatamente lançada fora do hospital, tirando-se lhe o hábito, e o Capelão fará conhecer que essa tal esta desligada de todo serviço de Casa.

As atividades exercidas dentro de suas instituições iam desde as mais simples como os serviços domésticos e atendimento a pessoas estrangeiras que adentravam as casas em busca de conselhos como também a atividades, cujo grau de confiança era maior como as exercidas pelas Superiores e Irmãs Zeladoras, principais responsáveis por manter em suas instituições. (COMBLIN, 1993, p.33).

Contendo regras, preceitos e compromisso, o Estatuto das Casas orientava para a dinâmica de funcionamento atribuindo a Irmã Zeladora, como afirma Cavalcante & Lima (2009, p. 3) a responsabilidade pela conduta das órfãs punindo-as caso desobedecessem às regras estabelecidas. Para tal, o padre aconselhava primeiramente a vigilância, em seguida a advertência branda e, persistido o erro, por último o castigo ao desobediente (MARIZ, 1997, p. 288).

Em cada Casa havia um conselho formado por mulheres prudentes e discretas escolhidas pelo religioso e que ficavam durante as assembléias sob regência da Irmã Superiora. Durante as reuniões, registradas em atas por uma secretaria e assinada pelas Irmãs de Caridade, se fazia o que lhes era orientado pelo Estatuto:

Artigo 18º Esse conselho reunirá tantas mulheres quantas discretas houverem na Casa e sob a presidência da Superiora delliberará sobre os meios de melhorar os costumes mãos da Casa, argumentar e facilitar o trabalho, corrigir qualquer abuzo que se vá introduzindo afinal é um corpo vivo a bem da caridade não temendo nem se acovardando e reclamando com doçura sim, mas com empenho em favor da caridade.

As possíveis alterações a partir das discussões contavam com a observação da Irmã Visitadora, figura responsável por fiscalizar anualmente as Casas de Caridade, a qual qualificava a administração das Irmãs Superiores das entidades recolhendo o mapa de andamento, que caso não fosse satisfatório serviria como motivação para punição das Zeladoras. Quadro que continha informações financeiras como a renda provinda das pensionistas que para serem educadas nas Casas, a família deveria dar uma pensão de 10\$000

a 13\$000 mensais, em trimestres adiantados, fora outras exigências em se tratando de utensílios pessoais com os quais as pessoas pobres da época não podiam arcar (CARVALHO, 2003, p. 57).

O trabalho das Irmãs de Caridade era louvado nas andanças do Padre Ibiapina que dependia muito da participação solidária das voluntárias, porém as normas a elas impostas não deixava claro a responsabilidade que tinham e por conseguinte seriam cobradas, A exemplo disso o Regimento Interno das Casas de Caridade estabelecia a confissão como uma regra disciplinar imprescindível para as Irmãs. Conforme o artigo 11, elas deveriam se confessar de oito em oito dias ao Capelão sempre nas quartas-feiras por serem Irmãs de N. S. do Carmo.

Para a manutenção das Casas nas instalações de hospitais, as Irmãs de Caridade eram designadas a limpeza do ambiente e das roupas de cama, o controle da medicação e dos medicamentos, a recepção dos doentes e outras atribuições registradas no artigo 25 e 26 do Estatuto, que segue:

Art. 25º - Uma outra Irmã de Caridade será incumbida da guarda das portas, fechando-as e abrindo-as nos tempos designados nestes Estatutos, recebendo os enfermos que entrarem com ordens do regente, avisando ao Medico e ao Capelão toda a vigilância e atividade para que os remédios receitados venham em tempo e preparando as luzes de sorte que chegada a noite esteja iluminado o Hospital.

Art. 26º - As Irmãs que tem obrigações designadas nestes Estatutos só serão chamadas para outro serviço, faltando as outras Irmãs, que devem ser empregadas no serviço ordinário do Hospital, ajudando-se mutuamente umas as outras, deixando-se descansar a que estiver fatigada, e retirando-se do serviço qualquer que estiver enferma.

Tal Estatuto que regulamentava o funcionamento das Casas não tinha o beneplácito de Roma, assim como a Irmandade da Caridade, era fruto do trabalho criativo e singular do Padre Ibiapina. Motivo que gerou a indiferença da Igreja por meio de vigários que discordavam pelas obras não seguirem os preceitos europeus, bem num dado período do fortalecimento das idéias romanistas. Como relata Comblin (1993, p. 43):

Desde as últimas décadas de século XIX o clero romanizou-se cada vez mais. Rejeitou a pregação dos missionários, considerou Ibiapina um Padre inútil. Queriam apenas a desobriga para administra os sacramentos. (...) Quanto as Irmãs, somente queriam religiosas de molde europeu, com instituições reconhecidas estrutura jurídica estrita e governo centralizado como na Europa.

Portanto, as políticas de assistencialismo desenvolvidas nestas instituições passaram a incomodar o bispo D. Luiz Antônio dos Santos, o qual atuava no controle das paróquias e das

manifestações religiosas populares, sugerindo ideias conflitantes que passaram a interferir no trabalho missionário do Padre Ibiapina. Sofrendo represálias e enfrentando sérios problemas de saúde – ataques de asma, congestão cerebral, paralisia nas pernas – o Padre Ibiapina se limitava a escrever aconselhando o funcionamento das Casas de Caridade por meio de Cartas e Estatuto com regras e normas a serem cumpridas. Com o passar dos anos agravados pela seca, a saúde do religioso fica cada vez mais comprometida e o mesmo institui oficialmente, através de declaração em cartório no ano de 1878, um pessoa para coletar as doações que manteriam os estabelecimentos.

Com Ibiapina estando impossibilitado de peregrinar pelas Casas de Caridade, enfrentando dura realidade em Santa Fé e contando apenas com o auxílio dos beatos, escreve uma carta demonstrando sua indignação diante da situação que se encontrava para ser lida no momento do pedido das doações. Faz parte dessa correspondência:

É o padre Ibiapina que vos pede uma esmola pelo amor de Deus. Lembrai-vos cristãos: a esmola apaga o pecado e faz achar misericórdia na presença de Deus no dia do juízo. Quando Deus julgar o mundo, dirá para os da direita: vinde, bendito de meu eterno Pai! Vinde receber o prêmio da glória que vos está preparada pois estive com fome e me deste de comer, estive com sede e me deste de beber.

A tentativa de persuadir e angariar recursos deixa clara a situação de pobreza e calamidade que se encontravam os estabelecimentos, tanto que aqueles que não colaborassem, segundo o religioso, sofreriam a lei do retorno sendo castigado conforme sua atitude. Sua expressão impositora se dá pelo fato de ter Ibiapina realizado muitos trabalhos em quinze anos no sertão. Muitos dos quais não tinham ajuda externa, com poucos recursos, para uma escassa população, dispersa e pobre.

Durante a estadia do religioso na Casa de Santa Fé, local que escolheu para passar seus últimos dias, o missionário escrevia cartas para as Irmãs de Caridade, endereçadas as Superiores orientando sobre os problemas mais diversos com conselhos patriarcais. Sempre as motivando para o trabalho junto às órfãs deixava registrado que sua ausência física em outras instituições por motivo de doença não deveria ser sinônima de transtornos, uma vez que estariam amparadas espiritualmente.

Após sua morte, suas realizações foram quase totalmente esquecidas e as Casas de Caridade entraram em decadência. Isso se deveu, entre outros fatores, ao fato de o próprio Ibiapina não ter preparado um sucessor que continuasse a ordem religiosa criada por ele e que administrasse tais estabelecimentos. Ao reclamar da situação que se encontravam sem

condições de se manter recebendo subsídios insuficientes para contornar a dura realidade vivenciada por elas, as Superiores das Casas de Caridade foram repassando o cargo fazendo com que as instituições sobrevivessem quase cem anos após a morte de Padre Ibiapina.

Todavia, as Irmãs de Caridade se sentiram desamparadas pela ausência do idealizador e estando desorientadas, sem estrutura financeira para manter os estabelecimentos pastorais e sem o poder de convocatória do Padre Ibiapina para despertar novas vocações, várias irmãs abandonaram a missão e a maior parte das Casas, fecharam as portas.

Dessa maneira, se observa que quando um religioso morre há a necessidade que outro, muitas vezes da mesma congregação, assuma as responsabilidades do anterior. Todavia, Ibiapina não pertencia a uma congregação e os sacerdotes seculares não sentiam nenhuma vocação para reassumir uma obra tão diferente do trabalho de vigário de paróquia. Assim, sem apoio de bispos, de sacerdotes ou de religiosos homens, elas não tiveram força suficiente para se manterem e responder ativamente ao desgaste do tempo.

Podemos citar três elementos decisivos para a comunidade das beatas do Padre Ibiapina paulatinamente ir desaparecendo: a circunstância dele não ter conferido à sua comunidade um estatuto “jurídico” que lhe garantisse a sobrevivência após a morte do fundador; a falta de interesse por parte de muitos vigários; e a ausência de simpatia por parte dos bispos posteriores pela forma de vida religiosa das beatas. Pois apesar da Igreja de respeitar como sacerdote e colaboradores jamais concordou em ver à frente de suas missões após a sua morte, as mulheres leigas da região.

3.3 Contribuições das práticas educacionais ibiapianas

Para Hoonert (1992, p. 22) o atraso na educação era grande em todo interior pelo fato que os poucos colégios existentes estavam localizados nas capitais e em zonas mais povoadas. O abrigo e colégio para meninos pobres, fundado por Frei Caetano de Messina na antiga vila de Papacaça (Bom Conselho) em 1851 era o único nos sertões da província pernambucana (COMBLIM, 1993, p. 51). O que demonstra a precariedade educacional preocupante não apenas para o educador Ibiapina, mas também inquietava alguns poucos segmentos da Igreja.

O ano letivo iniciava em 10 de janeiro e findava em 10 de dezembro, com avaliações periódicas. Ao fim de cada trimestre era remetido aos pais e responsáveis pelas pensionistas um boletim do comportamento e desenvoltura escolar de suas filhas, as quais eram orientadas a decorar, memorizar e repetir até fixar as informações repassadas pelas mestras – práticas metodológicas próprias da época.

De acordo com Mariz (1997), a província natal do padre Ibiapina mesmo possuindo um número razoável de estabelecimentos de ensino contou com a fundação de sete Casas de Caridade que também se destinaram a formação intelectual das crianças. Na descrição dos ambientes de estudo, Hoonert (1992, p. 28) descreve “há ordenações do espaço, configurações do mesmo, adequadas ou inadequadas, segundo o modelo de organização educativa, método de ensino ou clima institucional que se pretenda adotar”. Fazendo referência ao caráter disciplinar de dominação e controle presente também na disposição retilínea dos cômodos cuja sua visibilidade facilitava a vigilância.

Ao observar a questão educacional feminina o caso mais acentuado por falta de espaços para o desenvolvimento da mesma, a Paraíba se destaca em meio às outras províncias. Neste contexto o Padre Ibiapina fundou dez Casas de Caridade em localidades como: Campina Grande, Cajazeiras, Souza, Alagoa Nova, entre outras. Essas casas estavam circundadas de uma educação diferenciada entre meninos e meninas, rapazes e moças; uma vez que os elementos sociais contextualizantes salientava o privilégio da elite, a submissão da mulher e a exaltação das capacidades de raciocínio masculina.

A discriminação do gênero era evidente numa sociedade em que, independente de serem ricas ou pobres as filhas ao chegar a adolescência deveriam casar, aquelas que não possuíam

professores particulares para terem aulas em casa estavam fadadas, na grande maioria, em conhecer apenas as primeiras letras, a arte da costura e da música; depois do casamento dependiam do marido para o seu sustento. Portanto, por um longo período o ensino dirigido ao público feminino ficou a cargo de escolas particulares leigas ou instituições religiosas (VILLELA, 2003, p. 23). Assim, nas Casas de Caridade havia o ensino de atividades manuais o que fez com que muitas mulheres pobres se tornaram fiandeiras, cozinheiras e roceiras.

As aulas diárias continham também o ensinamento de novas atividades que colaborariam como alternativas de se ter uma renda que afiançasse o sustento das famílias, bem como as noções básicas do ensinamento cristão que o padre Ibiapina afirmava nos lugares que passava:

O mais notável na obra de Ibiapina é que ela foi fundada na treva espessa do analfabetismo e da superstição sertaneja da segunda metade do século XIX. Ele bateu muito dessa treva, ensinando noções de letras, prendas domésticas, práticas da agricultura, ofícios e artes, e procurando comunicar uma fé cega e formalística, mas uniforme, delicada e poética de bondade cristã. Os seus esforços pela instrução sertaneja, sobretudo pela instrução e formação da mulher na camada pobre das populações, foi, deste modo incomparável, pela época, pela extensão, pelo zelo, pela originalidade do gesto edificador (MARIZ, 1997, p 271.)

Esse modelo educativo estava em sintonia com o da época, onde o controle disciplinar com uma rígida rotina fazia parte das metodologias limitando a população ao que fosse de interesse particular de idealizador. O projeto missionário do Padre Ibiapina, não era exceção a esta regra, suas orientações quanto ao funcionamento facultavam um processo educativo administrado com normas e regras seguidas pelas colaboradoras de suas obras que deveriam observar as instruções fornecidas pelas Máximas Morais, construídas pelo sacerdote com o intuito de padronizar a ordem religiosa da irmandade.

Não obstante, as ideias ibiapianas se harmonizavam com as concepções que norteavam a seleção dos conteúdos de ensino do projeto político-social civilizador que se desenvolvia no país, pois tal projeto se destinava nitidamente para a construção da nação, para a modernização do Brasil e para a disciplinarização do povo, aspectos que estavam presentes nas ações colaborativas do missionário: “ensinando noções de letras, prendas domésticas, práticas de agricultura, ofícios de artes, e procurando comunicar uma fé cega e formalística, mas uniforme, delicada e poética de bondade cristã” (MARIZ, 1997, p. 271).

Vale salientar que a educação desta época apesar de ser elitista, também era machista, e principalmente em relação às meninas pobres, as quais estavam por consolidar-se em um alvo fácil às brutalidades, ao abuso sexual e a prostituição, mais acentuadamente as órfãs, que se

multiplicavam numericamente em virtude da epidemia do Cólera Mórbus que se alastrava na região e por incidência da seca. A permanência dessas nas Casas de Caridade permitia conviver sem os perigos acima mencionados, incluindo-as num espaço de conhecimento e formação instrucional, validado num rígido regime de moralidade disciplinar.

Embora a finalidade de sua existência fosse abrigar e educar às órfãs, as Casas de Caridade, também aceitavam mulheres que faziam parte da elite, demonstrando assim a credibilidade dessas instituições perante os mais abastados, a quem confiavam a educação de suas filhas. Essas pessoas geralmente contribuía com a manutenção das Casas de Caridade e nestes ambientes participavam da educação moral e de trabalhos aprendidos por órfãs de cinco a nove anos de idade que, como primeira educação recebiam a doutrina-cristã, em seguida aprendiam a ler, escrever, contar, costurar, bordar; posteriormente lhes era repassado os ofícios de tecer, fiar e fabricar calçados. E, mais tarde, em idade de casar teriam recebido as instruções suficientes relacionadas às prendas domésticas que lhes fariam boas donas do lar.

De acordo com Carvalho (2003, p. 42) além das órfãs a Casa podia receber algumas mulheres para o trabalho, que não seriam, desde já, aceitas definitivamente, mas que permaneceriam como em noviciado para provar sua conduta, amor ao trabalho e verdadeira religião. O autor ainda enfatiza que estas recebiam educação religiosa e seriam alfabetizadas nas aulas vagas e após cinco anos de exercício, tendo provado boa conduta, poderiam ser apresentadas para casar-se, assim como as órfãs, ou mesmo permanecer na Casa como Irmã de Caridade.

Em algumas Casas de Caridade as alunas tinham aulas iniciais de música, a exemplo da Casa de Missão Velha, no Rio Grande do Norte, fato importantíssimo para o universo feminino até então imerso pelo analfabetismo. Ao invés do ensino de idiomas estrangeiros e músicas clássicas, a cultura popular localera valorizada com cantos e benditos do povo. As devoções apareciam nas melodias regionais que não estavam nos manuais copiados do modelo educacional europeu como se fazia nas escolas brasileiras, havia a preservação da realidade cultural sertaneja e não a imposição de uma exterior em detrimento da nordestina.

As moças escolhidas por Ibiapina para trabalhar nas casas geralmente se destinavam ao ofício de mestras de Letras. No entanto, para encontrar mulheres capacitadas para a docência, o religioso buscou por meio de suas andanças reunir senhoras aptas para exercer esta e outra mais simples, tarefa não muito fácil visto que como havia uma educação desproporcional

entre os sexos seria impossível encontrar mestras em número tão significativo quanto o de professores.

Tal formação educacional e religiosa copiara o modelo de obediência mariano para o estudo e o trabalho desenvolvido pelas jovens, enfatizando a pureza presente no imaginário das pessoas e o valoroso respeito à castidade, segundo os conceitos do período. De acordo com Cavalcante & Lima (2009, p. 4) após aprender os ensinamentos cristãos, as primeiras letras, costurar, bordar e algum gênero industrial específico de cada Casa de Caridade, a menina era financiada pela instituição e o dote era oferecido para o seu casamento. Os autores detalham, ainda que, esse tipo de ensinamento fornecido em suas instituições interessava até mesmo as famílias abastadas que faziam questão de pagar uma quantia de dinheiro para que as filhas fossem educadas sob os costumes religiosos, sendo chamadas de pensionistas.

Essas moças tinham estadia nas Casas de Caridade custeada pelo pai ou responsável e adentravam os estabelecimentos com objetos pessoais exigidos com antecedência pelo Estatuto, como: travesseiros, fronhas, baú, agulheiros, cobertas, meias, sapatos, entre outros numericamente descritos. Na grande maioria chegavam sem qualquer noção de letramento, mas em seus lares conviviam com a formação intelectual de irmãos e primos que eram instruídos noções de grego, geografia, filosofia, geometria e ciências naturais; tendo essa característica discriminatória sido comentada no capítulo anterior.

Preocupado com a formação instrutiva dos sertanejos, em especial a mulher, a missão de Ibiapina teve instruções educacionais durante seus sermões dentro e fora das Casas de Caridade que colaborou positivamente para o progresso da sociedade local com a inclusão do povo analfabeto em um projeto de vida dentro dos preceitos e valores da Igreja Católica, e é neste ponto que a educação se une a religiosidade. Além disso, inspirou-se também no modelo de educação da época ao buscar a disciplina por meio de castigos às órfãs que o desobedecessem.

As penalidades aplicadas por merecimento às órfãs também eram atribuídas as pensionistas, as quais não ficavam de fora das duras atitudes da Irmã Zeladora, pois orientada pelo Regulamento interno presente no Estatuto, caso estas manifestassem a imodéstia deveriam ser impedidas da ida à missa para ficarem confinadas em um cubículo fechado (MARIZ, p. 1997, p. 292). Tal forma de punição faz recordar a postura de educadores relacionados à educação tradicional que primavam pelo autoritarismo e o coagimento do outro, fazendo menção à preservação do poder hierárquico coexistente entre o detentor do conhecimento e simples aprendiz.

Para Xavier (1990, p. 34) apesar de haverem castigos, o carinho com que eram tratadas às órfãs, em alguns momentos, necessitava da advertência de Ibiapina, tendo em vista que as meninas usavam de alguns artifícios para iludir as Irmãs com agradados e adulações, o que fazia com que fossem omitidas informações dignas de castigo, castigo esse que ia de sermões afins até jejum e chicotadas, para que fosse corrigido, segundo o Padre Ibiapina, o que o amor não havia corrigido. A partir dos castigos punia-se e, portanto, causava-se o temor aos erros além de uma auto vigilância, uma auto domesticação. (CARVALHO, 2003, p. 54).

A existência do conselho nas Casas de Caridade, também pode ser comparado aos presentes nos espaços escolares atuais, quando há em assembléia a discussões dos problemas e a proposta de soluções para tais. Com, de certa forma, a expressão democrática entre as mulheres não haveria desajustes internos, mas sim um controle mais rígido do missionário para com suas beatas.

Para Carvalho (2003, p. 50) os significados para a mulher ideal, ou seja, o conjunto de ideias e valores que atribuímos os significantes, que por sua vez nada mais teriam em si que estes dois atributos das mulheres do Conselho: a prudência e a discrição. Quem considerava e avaliava essas virtudes era a Supervisora, que necessitava do auxílio de quem mais se encontrasse apta nos moldes estatutários e cristãos.

Apesar de manter um ensino tradicional, o qual se encontrava em pleno vigor no século XIX, as inovações metodológicas presente na educação vigente nas Casas de Caridade estão relacionadas ao trabalho pedagógico desenvolvido com peças teatrais encenadas e readaptadas a realidade sertaneja para momentos de entretenimento das crianças (CAVALCANTE & LIMA, 2009, p. 9). O conteúdo da peças repassava a ideia de conformismo, obediência, cautela, paciência, abnegação, perdão, entre outras posturas e aspectos que favoreciam a formação instrucional, moldando personalidades com base em referências extraídas dos evangelhos, ao passo que exaltava as Máximas Morais adotadas pelo missionário, inertes no Estatuto.

As Casas de Caridade eram palco de pequenas cantigas e encenações teatrais, da autoria do Padre Ibiapina ou das Irmãs, cantigas que eram entoadas nas horas de lazer e as peças em dias de festas. O autor ainda explicita que as representações teatrais tratavam de estórias como “O pecado de Adão e Eva”, “Caim, Abel e Zaira” e “O filho pródigo” e as cantigas traziam lições de vida com efeito moralizante. Presente no trecho abaixo da Cantiga do enjeitado:

Quem no mundo nada tem / Dele não pode esperar / Mas reata o Céu que lhe tudo / Que muito tem para dar / Parecia o enjeitado / O mais infeliz ente / Mas por contraste da sorte / Tem por Pai o onipotente / A compaixão lhe dá Mãe / E o espírito do filho amado / Se presta com ternura / Para o pobre abandonado.

O direcionamento do que era compartilhado demonstra que as Casas, assim como outras instituições de ensino da época, buscavam moldar as pessoas baseada no dogmatismo. Enquanto a cultura letrada constituía fruto da memorização mecânica, com perguntas e respostas executadas a exaustão – aspectos próprios da pedagogia vigente em todo o Império, quando a escrita era apresentada sob a perspectiva da oralização.

As práticas religiosas eram utilizadas metodologicamente nas Casas de Caridade, como o toque da campa para avisar o início e o término das atividades, a permanência em pé até segunda ordem, o silêncio extremo durante a audição de leituras sobre a vida de algum santo ou outro livro do mesmo gênero, a realização das preces e dos agradecimentos após as refeições, entre outras. Assim como também estava presente a preocupação como o ensino dos hábitos de higiene, aqui descritos:

Nas quintas feiras, em lugar de tocar a campa para a escola, as mestras ocupavam-se em limpar as meninas, cortando as unhas, cabelos, mandando tomar banho. Em seguida vinha o ensino doutrinário, de forma mais minuciosa que os demais dias, e o restante do tempo era preenchido com as costuras e os banhos. Havia também os cânticos, mas não os trabalhos. (XAVIER, 1990, p. 58).

Tal cuidado disciplinar, moralizador e detalhista do religioso impresso nos seus ensinamentos, estava fixo também sob escalas de controle ao observar gestos, movimentos, atitudes, agilidade, e precisão no trabalho das Irmãs de Caridade. A exigência era ditada no espaço escolar durante as aulas diárias até as dezessete horas e trinta minutos havendo meia hora de intervalo – horário que apresenta disparidade com os dias atuais.

Para Cavalcanti & Lima (2009, p. 8) a hierarquia imposta pelo Estatuto da Casas de Caridade era o que garantia que estas funcionassem de acordo com a forma desejada pelo Padre Ibiapina, sendo necessário estabelecer o princípio da obediência por parte de todos que viviam nas casas. O que demonstra uma postura disciplinada de Ibiapina como educador numa época que a função do professor era apenas transmitir informações e moldar comportamentos. Os valores do religioso são ressaltados por Araújo (1995, p. 35):

Direito e da Ciência Política, incansável educador do povo, mestre de artes e ofícios e, até mesmo, meteu-se a poeta e dramaturgo, embora de forma ingênua e de pouco valor literário. Soube vencer todas as dificuldades do meio hostil e das muitas adversidades da vida mediante o processo de sublimação centrada na fé, no estudo e no serviço educativo do povo empobrecido, que é a mais bela e a

mais difícil das artes. Soube transmitir ao povo sertanejo sua própria experiência e fez do sertão nordestino sua imensa sala de aula.

Tal prática didática demonstra que as preocupações do Padre Ibiapina eram destinadas à educação moral das órfãs, que nas casas de Caridade aprendiam tudo o que era necessário para se tornarem, segundo os padrões da época, uma boa cristã, esposa e mãe; seguindo as Máximas Morais criadas pelo religioso a fim de padronizá-las de acordo com o seu ideal de pessoas abastadas e subordinadas as suas pregações.

3.4 A dinâmica atual da Casa de Santa Fé

A Casa de Caridade de Santa Fé, como assevera Mariz (1997, p. 79) foi “[...] a menina dos olhos de Ibiapina”. Foi fundada no dia 1º de maio de 1866, localizando-se num local elevado, seco, bem arejado e iluminado. Esta instituição juntamente com o Hospital de Areia constitui obras importantes para o Brejo paraibano por colaborarem para a melhoria de vida de órfãos, enfermos e desvalidos de fortuna, como cita o Estatuto criado pelo padre em março de 1862:

Art. 1º- Fica estabelecido nesta Cidade d’Areia um Hospital da Caridade, para neste se curarem os pobres, ou quaisquer pessoas enfermas, que reclamarem da Casa essa caridade. Não podem porém ser recebidos os doentes de enfermidades reconhecidamente contagiosos, como morphéa e bexigas, mas a casa procurará lugar retirado e à custa de caridade tratará tais enfermos se porém não for possível achar agasalho e cômodo a casa socorrerá o enfermo onde quer que esteja.

Com isso, apesar das ações benéficas serem reconhecidas como essencial para a população que vivia em um quadro de profunda miséria, sofrimento e ausência de salubridade, a manutenção do Hospital e da Casa de Caridade se limitava ao auxílio de pessoas. O estado mesmo sabendo da importância do papel do religioso não se intimidava ao afirmar que nenhum tipo de verba era enviado para mantê-las.

A propriedade, onde foi construída a Casa de Santa Fé, no atual município de Solânea, foi doada pelo fazendeiro Antônio José Cunha e sua esposa Cândida Americana Hermógenes de Miranda Cunha, mais conhecida como Dona Cândida, que nutria uma grande admiração pelo sacerdote, o quê a levou a doar todos os seus bens e tornar-se uma Irmã de Caridade, após o falecimento do marido.

Essa Casa de Caridade por ter um contato maior com o seu idealizador, uma vez que depois de ter sido acometido por complicações de saúde o Padre Ibiapina fica ali até seus

últimos dias de vida; essa instituição era constantemente vigiada por ele e este fiscalizava cada atividade e repreendia pessoalmente qualquer ausência de seu cumprimento. O falecimento do missionário causou desolação para todos que usufruíram de suas obras de caridade, principalmente as pessoas que faziam parte da Casa de Caridade de Santa Fé pelo fato terem um contato maior.

Como já foi citado, após a sua morte muitas de suas Casas de Caridade entraram em decadência por falta de interesse do clero em continuar suas obras, mas algumas resistiram como foi o caso de Santa Fé, que hoje não exerce mais suas funções religiosas de origem, uma vez que os comércios, juntamente com o caráter laico, também ocupam lugar de destaque nesse ambiente.

O reavivamento da Casa de Santa Fé veio em 1983 com a comemoração do centésimo aniversário de morte do Padre Ibiapina como ícone e a revitalização da memória sobre o religioso só foi possível com participação dos populosos que edificaram anualmente um movimento de celebração e fé.

Mas foi apenas no ano de 2002 que o Santuário de Santa Fé foi reformado e ampliado pelo Governo do Estado, respeitando e mantendo as características ambientais e tradições históricas. O lugar foi reformado dentro de uma infra-estrutura objetivada a acomodar as caravanas de romeiros que para o mesmo convergem, além de ordenar e disciplinar as manifestações religiosas, separando-as das atividades de serviço e comércio presentes neste ambiente.

O recinto das celebrações mede 386,48 m e tem capacidade para três mil assentos; a Praça de Alimentação ocupa uma área equivalente a 509 m; o Estacionamento com capacidade para 100 veículos e cinco mil pessoas. A área de apoio aos romeiros possui duas praças cobertas: uma abrigando sanitários públicos, com fraldário, comércio de suverines, central de informação, administração e uma espaço destinado a palestras, exposições e amostras de vídeo; a outra praça destina-se a alimentação. Da obra consta ainda a calçada de acesso e pavimentação de vias, com área de 8.800 m (MARTINS, 2005, p. 17). À direita do altar encontra-se a “fonte milagrosa”, construída pelo Padre Ibiapina, importante objeto de preservação, protegida por um muro de arrimo em pedra da região, conservando-a intacta e acessível aos romeiros para visitaçào. Nesse ambiente, Padre Ibiapina é invocado por uma multidão de fiéis, enquanto outras pessoas atuam no comércio.

O contexto propício para o surgimento da devoção ao “santo” esteve intrínseco na religiosidade, principalmente, dos moradores das imediações de Santa Fé ao defenderem a

unicidade do Padre Ibiapina e de suas contradições ao enaltecer elementos de suas biografias contadas: uma história voltada para os pobres, uma formação cultural elevada, o véu da santidade, as dificuldades do meio ambiente hostil, o sofrimento das doenças e uma morte envolta em clima místico.

Assim, em Santa Fé são realizadas missas, encontros, romarias, celebrações na data de 19 de cada mês, data que marca a morte do missionário com a participação de romeiros, religiosos católicos e devotos que vêm agradecer as bênçãos alcançadas e divulgadas como milagres de autoria do Padre Ibiapina. O Santuário recebe também a visita de curiosos, professores, estudantes e pesquisadores que buscam informações sobre o “catolicismo popular” e a devoção atribuída ao religioso. Há também um ativo comércio popular. Os pequenos comerciantes, oriundos da população local, vêm nesse contexto uma saída econômica para suas carências, participando do comércio de artefatos de índole religiosa, víveres, produtos artesanais e outros, além da prestação de serviços.

Muitas pessoas que procuram o Santuário de Santa Fé são trazidas pelo propósito de alcançar uma graça, obter curas (físicas e espirituais) e recorrem, através de promessas, ao “santo” Ibiapina como intermediário dos céus. Isso se dá neste espaço pelo fato de Santa Fé apresentar uma estrutura física organizada com museu, casa de caridade, capela, casa de documentação, “casa de milagres”, túmulo e amplo espaço ao ar livre. Tendo como responsável sempre um pároco a serviço da Diocese de Guarabira.

A Diocese de Guarabira é responsável pela divulgação da celebração na mídia falada (rádio e televisão) e escrita (jornais), tendo inclusive aberto um portal na Internet com o objetivo de divulgar o projeto intitulado “Nos passos do padre Ibiapina” e outras atividades, de modo a aumentar o número de romeiros.

A divulgação de forma geral desse ambiente e a propagação da imagem milagrosa de Padre Ibiapina têm aumentado anualmente o número de visitantes e fazem de Santa Fé um centro vivo de peregrinação, onde podemos ver concretamente a forma em que se materializa o culto à imagem de Padre Ibiapina. No seu túmulo, o povo reza, chora, acende velas. Na “Casa dos Milagres”, são deixadas fotografias e servem como importante instrumento de divulgação das graças.

Enfim, o Padre José Antônio de Maria Ibiapina faleceu no dia 19 de Fevereiro de 1883, mas sua história se faz presente e viva na comunidade de Santa Fé, tornando-se alicerce de uma devoção que despertou nosso interesse ao elaborar esta monografia e que, sob outros

aspectos e novos olhares, poderá ser objeto de outras pesquisas interessadas nesta figura tão complexa.

CONCLUSÃO

Padre Ibiapina foi uma figura de destaque no século XIX, seja por sua trajetória de vida, pelas obras que edificou, ou pela mensagem de fé e caridade que difundiu. Entretanto, a partir de uma análise contextualizada da história de sua vida, vemos que a identidade de Ibiapina foi sedimentada a partir de certos elementos (uma infância e adolescência conturbadas, marcadas por tragédias pessoais; a ascensão social por meio da educação; as decepções com a vida amorosa e a carreira política e jurídica; o fato de ter sido deputado, Juiz de Direito, professor universitário e advogado e ter largado tudo para se tornar padre; e a caridade e o trabalho missionário desenvolvido em favor dos pobres), que revelam um interesse em lhe conferir uma “aura de santidade”.

No decorrer de nossa pesquisa, descobrimos que Padre Ibiapina sabia da existência de outras missões e se utilizou de seus ideais, entretanto seu trabalho foi diferenciado, pois ele retirou suas ideias de tais missões e de sua experiência de vida de forma que conseguia mobilizar grande parte da população carente. Com seu método de trabalho (os mutirões) e suas pregações eloquentes Padre Ibiapina conscientizava a todos de sua participação ativa na transformação de sua realidade e na busca de sua salvação. Assim, as Casas de Caridade são referência no trabalho edificador funcionando como espaços escolares revolucionários.

Porém, percebemos que o seu trabalho missionário foi prejudicado pela forma peculiar com que foi realizado, mesmo este estando a favor das ideias romanizantes, uma vez que se incomodava com a postura racionalista e seguidora de ideias contrária a da Igreja enquanto

Instituição, o fato dele realizar missões isoladas de ordens religiosas e de convocar mulheres da localidade para realizarem o trabalho nas casas de caridade e denominá-las ainda de Irmãs de Caridade sem o beneplácito de Roma, gerou polêmica.

Quais foram às contribuições do Padre Ibiapina no contexto educacional? Ele no âmbito educacional foi um importante educador que o Nordeste teve no século XIX, “ensinando noções de letras, prendas domésticas, práticas da agricultura, ofícios e artes, e procurando comunicar uma fé cega e formalística, mas uniforme, delicada e poética de bondade cristã” (MARIZ, 1997, p. 271.)

Entendemos, portanto a atuação missionária do Padre Ibiapina como uma benéfica e louvável forma de inclusão do povo analfabeto e sofredor em um projeto de vida dentro dos preceitos e valores da Igreja. Pois esteve preocupado com a formação instrutiva do sertanejo, em especial da mulher, dedicando parte de sua missão em educar o povo sem instrução e esquecidos, deixando assim sua marca edificadora e incomparável para o desenvolvimento e o progresso da sociedade nordestina.

Dessa forma, compreendemos a ação ibiapiniana como elemento determinante da formação do caráter popular da nossa cultura sertaneja, com suas bases em uma forte e singular religiosidade dentro do catolicismo. Devemos a parte intelectual e bem instrutiva da nossa gente nordestina á coragem e doação do Padre Mestre Ibiapina em aventurar-se na desafiadora empreitada de enveredar-se pelos sertões adentro e educar, formar e atender em suas precariedades toda gente que precisasse de melhores condições de vida. E o seu apostolado promoveu uma efervescência da vida religiosa prática e promotora de mudanças do povo sertanejo. Sua contribuição foi preciosa na formação moral e cristã da mulher, do sertanejo e da população que constituía a cultura popular e erudita da época.

Também chama a atenção a preocupação que o pároco tinha com a profissionalização das pessoas da comunidade como acontece atualmente na implantação de políticas públicas educacionais que se voltam a trabalhar conhecimentos que estão inerentes a realidade local, ao passo que desenvolvem as capacidades do alunado para atender o mercado de trabalho. Outra questão peculiar foi o comprometimento com o desenvolvimento da aprendizagem nas Casas de Caridade, o qual era regido por orientações disciplinares que chegam a fazer falta frente aos atos de indisciplina tão presentes nas escolas atuais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. O. **500 Anos de catolicismos e sincretismos no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

ARAÚJO, F. S. **Padre Ibiapina: Peregrino da caridade**. Fortaleza: Gráfica Tribuna do Ceará, 1995.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 5ª ed.. Rio de Janeiro: L T C Editora. 1991.

BARROS, L. O. C. **Juazeiro do Padre Cícero: A terra da mãe de Deus**. 2ª ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2008.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

CARVALHO, C. S. **Padre Ibiapina e as Casas de Caridade no âmbito da Educação do Brasil Oitocentista**. 2003. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de História, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2003.

CAVALCANTE, D. , LIMA, S. **Silêncio e penitência nas Casas de Caridade: o papel educador de Padre Ibiapina.** Maringá, jan., 2009. Disponível em: < <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>>. Acesso em: 26 out. 2014.

COMBLIN, J. **Padre Ibiapina.** São Paulo: Paulinas, 1993.

GAARDER, J. **O livro das religiões.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOORNAERT, E. **História da Igreja no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1992.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, Vozes, 1997.

MARIZ, C. **Ibiapina: Um Apóstolo do Nordeste.** 3 ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997.

MARTINS, M. S. S. **A vida de Padre Ibiapina: Aspecto Religioso.** 2005. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade de História, Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2005.

MILL, S. **Ensaio sobre a Liberdade.** Lisboa: Arcádia, 1994.

OLIVEIRA, Alberto Rodrigues de. **Dá Fé a Promoção Social: A Atividade Missionária do Pe. Ibiapina** (dissertação) UCP, Recife, 2007. 1001 fl.

ROMANO, R. **Igreja contra Estado (crítica ao populismo católico).** São Paulo: Kairós Livraria & Editora LTDA, 1990.

VICELMO, Antonio. **O Missionário Ibiapina.**

VILLELLA, H. **O mestre da escola e a professora**. São Paulo: Autêntica, 2003.

XAVIER, M. E. **Poder Político e Educação de elite**. São Paulo: Cortez Editora, 1990.